

Relatório de Execução do PPA 2020-2023 Ano II – 2021



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA 2020-2023

Ano II – 2021



Relatório de Execução do PPA 2020-2023 ANO II – 2021
Copyright Secretaria do Planejamento – SEPLAN
Superintendência de Monitoramento e Avaliação – SMA



RUI COSTA DOS SANTOS

Governador

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO

Vice-Governador

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO

Chefe de Gabinete do Governador

CARLOS PALMA DE MELLO (interino)

Casa Civil

CEL. PM ANAILTON MAURÍCIO COSTA

Casa Militar do Governador

PAULO MORENO CARVALHO

Procurador Geral do Estado – PGE

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO

Secretaria da Administração – SAEB

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO

Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP

JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

LUCAS TEIXEIRA COSTA (até 18.05.2021)

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação,

Pesca e Aquicultura – SEAGRI

ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO

Secretaria de Comunicação Social – SECOM

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

ARANY SANTANA NEVES SANTOS

Secretaria de Cultura – SECULT

NELSON SOUZA LEAL

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO (até 04.05.2021)

Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

JOSIAS GOMES DA SILVA

Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR

EURES RIBEIRO PEREIRA

NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO (até 15.09.2021)

Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA

Secretaria da Educação – SEC

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretaria da Fazenda – SEFAZ

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI
Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA

LEONARDO GÓES SILVA
Secretaria de Infraestrutura Hídrica
e Saneamento – SIHS

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e
Desenvolvimento Social – SJDHDS

MARCIA CRISTINA TELLES DE ARAÚJO LIMA
JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA (até 18.05.2021)
Secretaria do Meio Ambiente – SEMA

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
WALTER DE FREITAS PINHEIRO (até 04.05.2021)
Secretaria do Planejamento – SEPLAN

JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA
Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

FABYA DOS REIS SANTOS
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI

LUIZ CARLOS CAETANO
JONIVAL LUCAS JÚNIOR (até 18.05.2021)
Secretaria de Relações Institucionais – SERIN

TEREZA CRISTINA PAIM XAVIER CARVALHO (interina)
FÁBIO VILAS-BOAS PINTO (até 03.08.2021)
Secretaria da Saúde – SESAB

RICARDO CÉSAR MANDARINO BARRETTO
Secretaria da Segurança Pública – SSP

DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE

LUIS MAURÍCIO BACELAR BATISTA
FAUSTO DE ABREU FRANCO (até 18.05.2021)
Secretaria do Turismo – SETUR

RUI COSTA

Governador

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO

Secretário do Planejamento – SEPLAN

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Chefe de Gabinete – SEPLAN

LÊDA OLIVEIRA DE SOUZA

Superintendência de Monitoramento e Avaliação – SMA

VERENA DE CARVALHO RAMOS

Coordenação do Relatório

Equipe Técnica

Secretaria do Planejamento – SEPLAN

GERALDO DIAS ABBEUSEN

Diretoria Geral – DG

CARLOS EDUARDO REIS DE FREITAS

Assessoria de Comunicação – ASCOM

DILMA SANTANA DE JESUS

Assessoria de Planejamento e Gestão – APG

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA

Coordenação de Monitoramento

ALACIR DANTAS

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA

LAISE DA SILVA SANTOS

NATACHA DALTRO BASTOS

ROBERLINDA RIBEIRO SANTOS

VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO

Técnicos

Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO

Diretoria de Acompanhamento e

Monitoramento – DAM

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA

Coordenação de Sistematização da Informação

FABIANE LOUISE BITTENCOURT PINTO

LORENA SANTOS DA SILVA

MATHEUS SENA
PATRÍCIA OLIVEIRA BORGES DA SILVA ALMEIDA
SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO
Técnicos

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA
MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA FERREIRA (Até 14.08.2021)
Diretoria de Avaliação

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS
Coordenação de Estatística e Análise

JAMILLY DIAS DOS SANTOS
FÁBIA SANTOS ALVES (Até 14.08.2021)
Técnicos

LÍGIA ALVARES MATA VIRGEM
Coordenação de Pesquisa

MARCELO MENEZES CORDEIRO
SUZANA SODRÉ DE ARAGÃO VASCONCELLOS
Técnicos

Superintendência de Orçamento Público – SPO

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO
Superintendência de Orçamento Público – SPO

MARA TEREZA BACELAR DE SOUZA
Diretoria de Programação Orçamentária das Áreas Econômica
e de Infraestrutura – DEI

LUIZ CARLOS GUIMARÃES C. LIMA JÚNIOR
Diretoria de Programação Orçamentária da Área Social – DAS

CÍNTIA MARIA LIMA DEIRÓ
Diretoria de Programação Orçamentária da
Área Institucional – DIN

CÉSAR BARBOSA
Diretoria de Informações e Sistematização Orçamentária – DSO

MARIA DALVA MOTA CUNHA
Coordenadora da Diretoria de Informações e
Sistematização Orçamentária – DSO

SIDNEY SILVA SANTOS
Coordenador da Diretoria de Informações e Sistematização Orçamentária – DSO

HILBERTO CRUZ DO CARMO
Técnico da Diretoria de Informações e Sistematização Orçamentária – DSO

MÁGILA SOUZA SANTOS
Técnica da Diretoria de Informações e
Sistematização Orçamentária – DSO

Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia – SEI

JORGETE OLIVEIRA GOMES DA COSTA
Diretoria Geral

JONAS SILVA DO ESPÍRITO SANTO
Diretoria de Indicadores e Estatística – Distat

ARTHUR SOUZA CRUZ
CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO
ELISSANDRA ALVES BRITTO
LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIANA
PEDRO MARQUES DE SANTANA
Coordenação de Acompanhamento Conjuntural – CAC

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN

LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO

LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO

ROSÂNGELA FERREIRA CONCEIÇÃO

SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO

Coordenação de Pesquisas Sociais – Copes

Secretaria da Fazenda – SEFAZ

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Secretário

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA

Assessoria de Planejamento e Gestão – APG

LUIZA AMÉLIA GUEDES MACHADO MELLO

Superintendência de Coordenação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento – SPF

LEONARDO ANDRADE RIBEIRO

Diretoria de Captação de Recursos Federais – DCF

RITA ELIZABETH FERNANDES CARDOSO

Coordenação de Captação de Recursos Federais – COCAP

BIANCA BONIFÁCIO DE CARVALHO

Coordenação de Acompanhamento e Gestão de Recursos Federais – COGEF

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

Superintendência de Administração Financeira – SAF

ROBERVAL LOPES LIMA

Coordenação Geral de Planejamento, Acompanhamento
e Controle Financeiro – COPAF

Assessores de Planejamento e Gestão - APG

Litza Guimarães Lopes

CASA CIVIL

Wilson Moreira Cardoso

SAEB

Juliana Cavalcanti Andrade Hart Madureira

SDE

Ângela Augusta Santos Ribeiro

SJDHDS

Flávio de Oliveira Campos

SDR

Tarcísio Branco Amorim de Almeida

SEAGRI

Jackson Cerqueira

SEAP

Matteus Guimarães Martins

SEC

Marcela Britto de Souza Freitas

SECOM

Edson Valadares

SECTI

Daniel Uchoa Peixoto

SECULT

Flávia Maria Tenório Barbosa de Deus Barros
SEDUR

Sizenando Gonzaga da Cunha Filho
SEFAZ

Adriano Souza de Oliveira
SEINFRA

Euman Jodafe Nunes Fernandes
SEMA

Dilma Santana de Jesus
SEPLAN

José Vieira Leal Neto
SEPROMI

Luiz Lavigne Vasconcellos Filho
SERIN

Emanuele Figuerêdo Barbosa
SESAB

Tiago Sá Teles Cordeiro
SETRE

Magno Rogério Carvalho Lavigne
SETUR

Ninon F. Fernandes da Silva
SIHS

Yolanda de Souza Checcucci
SPM

Silvana Salomão Góes Fontes
SSP

Hilda Cunha Kahn
PGE

SUMÁRIO

Volume I

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E PERSPECTIVAS DO ESTADO DA BAHIA	23
1 Cenário Macroeconômico Internacional.	26
2 Contexto Nacional	27
3 Indicadores Econômicos da Bahia	29
3.1 Produto Interno Bruto	29
3.2 Atividade Agrícola	30
3.3 Atividade Industrial	33
3.4 Comércio	35

3.5 Serviços e Turismo	37
3.6 Comércio Exterior	39
4 Indicadores Sociais da Bahia	42
4.1 População e Educação	42
4.2 Ocupação e Renda	44
4.3 Condição dos Domicílios	51
5 Considerações Finais e Perspectivas	54

Capítulo 2 GESTÃO FINANCEIRA 57

1 Gestão Financeira	59
1.1 Receitas Públicas	59
1.2 Receitas Correntes	61
1.3 Arrecadação do ICMS.	61
1.4 Arrecadação do IPVA	62
1.5 Receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE)	62
1.6 Receitas de Capital	63
1.7 Receita Corrente Líquida (RCL)	63
1.8 Comportamento das Despesas Públicas.	63
1.9 Pessoal e Encargos	65

1.10 Aplicações de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	65
1.11 Aplicações de Recursos em Ações e Serviços de Saúde	65
1.12 Dívida Pública	66
1.13 Resultado Primário	68

Capítulo 3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO

PPA 2020-2023, ANO 2021	71
1 Execução Orçamentário-financeira do PPA	73
2 Execução Orçamentário-financeira da Carteira de Transferências Voluntárias.	80
3 Carteira de Operações de Crédito Internas e Externas.	81
3.1. Carteira de Operações de Crédito Internas	81
3.2. Carteira de Operações de Crédito Externas	84
4 Recursos Captados para Financiamento do PPA 2020-2023.	87

Volume II (digital)

PROGRAMA 300 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS	88
PROGRAMA 301 – CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.	368
PROGRAMA 302 – CULTURA	433
PROGRAMA 303 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	515
PROGRAMA 304 – DESENVOLVIMENTO RURAL	533
PROGRAMA 305 – DESENVOLVIMENTO URBANO	832
PROGRAMA 306 – EDUCAÇÃO	906
PROGRAMA 307 – IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	1303
PROGRAMA 308 – INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E MUNDO DO TRABALHO.	1335
PROGRAMA 309 – INFRAESTRUTURA	1470
PROGRAMA 310 – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	1567
PROGRAMA 311 – POLÍTICAS PARA AS MULHERES.	1677
PROGRAMA 312 – RECURSOS HÍDRICOS.	1714
PROGRAMA 313 – SAÚDE	1851
PROGRAMA 314 – SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	2113
PROGRAMA 315 – GESTÃO GOVERNAMENTAL	2349



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO



O presente Relatório da Execução do Plano Plurianual 2020-2023, Ano II, é o instrumento pelo qual o Governo do Estado torna públicas as ações realizadas em 2021 no âmbito dos Programas de Governo do Poder Executivo, atendendo aos princípios da Transparência e ao compromisso de executar o planejado no referido PPA.

Em 2021, a Bahia continuou priorizando os investimentos em atendimento às diretrizes para o enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, mantendo um volume expressivo de investimentos, majoritariamente executados com recursos próprios graças ao equilíbrio fiscal que vem sendo preservado por meio do controle rigoroso dos gastos e da melhoria do desempenho da arrecadação.

Nesse sentido, destaca-se o compromisso exitoso do Governo da Bahia de ampliar e descentralizar o acesso aos serviços de saúde com a conclusão da construção de oito Policlínicas Regionais somente em 2021, nos municípios de Eunápolis, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Brumado, Serrinha, Santa Maria da Vitória e mais duas em Salvador nos bairros de Escada e Narandiba. Ao todo já são 21 unidades em pleno funcionamento, atendendo a mais de 10 milhões de baianos de 389 municípios. A par disso, o governo permaneceu investindo em reforma, ampliação e construção de hospitais e maternidades, a exemplo da conclusão das

obras de ampliação dos Hospitais Mário Dourado Sobrinho, em Irecê, e do Oeste, em Barreiras, para implantação de serviços de hemodinâmica e da ampliação do Hospital Prado Valadares, em Jequié, assim como das obras de reforma do Hospital Geral de Camaçari, este último com recursos da ordem de R\$ 8 milhões.

Ainda no esforço de minimizar os impactos da pandemia, na área de Educação, medidas de apoio aos estudantes da Educação Básica com famílias em situação de vulnerabilidade foram implantadas, a exemplo do Bolsa Presença no valor de R\$ 150,00, que atendeu a 270 mil famílias. Essa política, somada às iniciativas do Vale-Alimentação Estudantil que atendeu a 832.052 estudantes do Mais Estudo, que garante R\$ 100,00 de bolsa para estudantes que dão monitoria, objetiva fortalecer o vínculo com a escola e combater o abandono escolar. Outrossim, o Programa Mais Futuro permanece ofertando estágios e auxílio financeiro para garantir a permanência dos estudantes nas universidades públicas estaduais com investimentos que somam R\$ 35 milhões, beneficiando cerca de 9.379 estudantes.

Ainda, no propósito de apoiar os jovens no início da sua vida profissional, o Governo do Estado segue firme e atento no aperfeiçoamento do Programa Primeiro Emprego (PPE), permitindo ao estudante egresso do

curso técnico de nível médio da rede estadual que escolha uma vaga para atuar em sua área de formação, como primeira experiência profissional. Nesse sentido, é oportuno citar que em dezembro de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.395, de 16 de dezembro de 2021, que reestruturou o PPE, ampliando o público beneficiário, entre outras melhorias, comprometendo-se em inserir um maior número de jovens no mundo do trabalho.

Os investimentos realizados no contexto da Segurança Pública materializaram-se neste exercício, principalmente por meio dos serviços de construção e reforma das unidades policiais das Polícias Civil e Militar (em construção e em execução) com aporte de recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 83 milhões. Do mesmo modo, importa ressaltar os esforços na melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação em unidades da Secretaria da Segurança Pública (SSP) em todo o território baiano, visando proporcionar um atendimento mais eficiente ao cidadão.

Destacam-se também as ações de ampliação e construção de Sistemas de Abastecimento de Água, visando o aumento da quantidade e da qualidade de água para múltiplos usos. Em 2021, esses investimentos beneficiaram cerca de dois milhões de baianos, com destaque para a conclusão da implantação do Sistema Integrado Tucano Noroeste/1ª etapa, importante empreendimento do Programa Águas do Sertão, que vem suprir a demanda de abastecimento de água para mais de 60 mil moradores das sedes dos municípios de Euclides da Cunha e Monte Santo e mais 16 localidades vizinhas.

Com relação à área de Segurança e Infraestrutura Hídricas, destaca-se a continuidade das obras de construção da Barragem de Baraúnas, na Chapada Diamantina, e da Barragem do Rio Catolé, no Sudoeste

Baiano, que, quando concluídas no final de 2022, trará benefícios a um contingente de mais de 400 mil habitantes.

Consistindo num serviço fundamental para a garantia da qualidade de vida e da saúde do cidadão, a expansão do Sistema Esgotamento Sanitário (SES) avançou em 2021, seja por meio de ampliação seja por implantação de novos sistemas com investimentos da ordem de R\$ 285 milhões, visando atender a uma população de cerca de 517 mil pessoas.

A Política de Desenvolvimento Rural na Bahia vem apresentando resultados significativos nos últimos anos. Destaca-se nesse exercício a expansão ao acesso à regularização fundiária para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, com a emissão de cerca de 832 títulos de terra. A par disso, aproximadamente 51 mil agricultores familiares foram atendidos em todo o estado com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com foco na gestão, produção, comercialização e sistemas produtivos de base agroecológica.

Ressalte-se também o compromisso do governo de atuar fortemente na melhoria da mobilidade urbana. Em 2021, permaneceu concentrando esforços na implantação do Tramo 3 da Linha 2 o qual liga a Estação Pirajá até a nova rodoviária na região de Águas Claras, que se já encontra com 35% de execução, com investimentos da ordem de R\$ 206,3 milhões, e do Veículo Leve de Transporte – VLT, que substituirá o atual sistema de trens do Subúrbio Ferroviário de Salvador, beneficiando os mais de 600 mil moradores da região.

Ainda, no âmbito da infraestrutura, o ano foi marcado por investimentos estruturantes, como a conclusão da Ponte Barra/Xique-Xique, avanços

no projeto do Porto Sul e da Ponte Salvador-Itaparica, a recuperação de rodovias estaduais e construção de aeroportos, entre outras ações, contribuindo para superar gargalos de natureza logística, com o objetivo de colocar a Bahia em condições cada vez mais favoráveis à atração de investimentos voltados para o desenvolvimento do estado.

O trabalho de articulação visando à implantação do Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco avança, configurando-se como importante vetor de desenvolvimento agrícola para o Estado da Bahia, com previsão de gerar 60 mil empregos e de aportar R\$ 9 bi-

lhões em investimentos. Atualmente, 16 empreendimentos estão em implantação e 12 em análise.

Essas e outras ações, registradas neste relatório, configuram o esforço do Governo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, na redução das desigualdades regionais, contribuindo, assim para a melhoria da qualidade de vida dos baianos. Além disso, assegura a transparência da Gestão Pública, cumprindo seu papel de comunicar as realizações governamentais de 2021 à sociedade e fortalecer o processo democrático na Bahia.

João Felipe de Souza Leão
Secretário do Planejamento - Seplan



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Execução do Plano Plurianual 2020-2023 – Ano II, 2021, instituído pela Lei nº 14.172, de 6 de novembro de 2019, marca a conclusão do segundo ciclo de execução do PPA, ensejando uma visão abrangente e contextualizada sobre o desempenho das ações de Governo constitutivas das políticas públicas no segundo ano de enfrentamento a crise de Covid-19; de proporções mundiais, que demonstra os esforços para minimizar seus impactos, assim como garantir a melhoria da qualidade de vida do cidadão baiano.

Nessa perspectiva, o atual documento organiza-se em dois volumes assim apresentados:

Volume 1

Capítulo 1 – Indicadores Socioeconômicos da Bahia;

Capítulo 2 – Gestão Financeira – Receitas e Despesas Públicas; e

Capítulo 3 – Execução Orçamentário-financeira do PPA 2020-2023 (Uma análise da Execução Orçamentário-financeira do estado, evidenciando os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e dos Programas de Governo que integram o PPA vigente, bem como da Carteira de Operação de Crédito Internos e externos).

Volume 2

Publicação que demonstra a execução dos 16 programas de governo, por compromissos, metas e iniciativas, considerando as informações registradas no Sistema Corporativo Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (Fiplan) por meio dos processos de Acompanhamento e Monitoramento, coordenados pela Secretaria do Planejamento

(Seplan), que constituem etapas do ciclo de planejamento consubstanciado no Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege).

A elaboração desse relatório está sob a responsabilidade da Secretaria do Planejamento (Seplan) que, em 2021, contou com a participação da Secretaria da Fazenda (Sefaz), das APG das 24 secretarias/órgãos, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), da Superintendência de Orçamento Público (SPO) e Superintendência de Monitoramento e Avaliação (SMA), em um trabalho integrado pautado pela cooperação de todos os envolvidos.

Por fim, o presente Relatório, além de se configurar como instrumento legal de prestação de contas à sociedade, também materializa o princípio da Transparência, à luz da Lei Federal de Acesso à Informação Pública (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), com sua publicação no sítio da Secretaria do Planejamento (Seplan) (www.seplan.ba.gov.br) e do Portal Sepege (www.sepege.ba.gov.br).

A stylized map of the state of Bahia is centered within a large, light blue gear. The background is a deep blue with abstract, flowing lines and a subtle grid pattern. The gear itself is a light blue color, creating a layered effect.

Capítulo 1

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DA BAHIA

CAPÍTULO 1

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DA BAHIA

O ano de 2021 foi marcado pelo avanço da imunização da população mundial. Ainda que caracterizado pela desigualdade na distribuição global dos imunizantes, esse processo permitiu um gradual relaxamento das medidas sanitárias restritivas de circulação das pessoas, o que trouxe de volta a expectativa de uma recuperação da economia, especialmente dos setores mais prejudicados pela pandemia. No entanto, a reativação da economia revelou as fragilidades acumuladas em termos de desarticulação das cadeias globais de produção, resultando na escassez de matérias-primas e no aumento generalizado dos preços desses insumos.

No Brasil, o movimento de retomada econômica foi sendo gradualmente limitado ao longo deste ano em razão do desabastecimento e do encarecimento de insumos de produção, do elevado nível de desemprego e da aceleração da inflação. Cumpre-se também destacar que as escolhas

Na Bahia, mesmo com os efeitos da pandemia, o Governo do Estado manteve volume expressivo de investimentos, com recursos majoritariamente próprios

de política econômica adotadas no período não conseguiram impulsionar a reativação das atividades econômicas, sobretudo dos setores de comércio, serviços e indústria, em níveis de pré-pandemia. As políticas contracíclicas foram insuficientes para reaquecer o mercado interno.

Na Bahia, mesmo com os efeitos da pandemia, o Governo do Estado manteve volume expressivo de investimentos, com recursos majorita-



riamente próprios, graças ao equilíbrio fiscal que vem sendo preservado via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da arrecadação. E priorizar os investimentos é uma diretriz do Governo da Bahia para enfrentamento da crise.

Pautado em estratégias para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o orçamento para investimentos públicos da Bahia somou R\$ 2,21 bilhões, realizado até outubro de 2021, de acordo com o Balanço Orçamentário do Estado divulgado pela Secretaria da Fazenda. Transporte, Urbanismo, Saúde, Saneamento, Segurança e Educação são as áreas com maior concentração de recursos investidos pelo governo baiano, incluindo a expansão do metrô e outras obras de mobilidade urbana, como o VLT do Subúrbio Ferroviário, a construção e recuperação de rodovias e a construção de hospitais e policlínicas de saúde nos últimos anos, o que tem sido determinante para mitigar os efeitos socioeconômicos da atual crise sanitária.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO INTERNACIONAL

A economia global começou o ano de 2021 em ritmo forte, porém, de forma mais robusta nas economias avançadas do que nas emergentes. Nas economias avançadas, a rapidez e a eficácia da vacinação contra o coronavírus permitiu avançar na reabertura das atividades econômicas. Ao mesmo tempo em que o estímulo fiscal adicional contribuiu para impulsionar a demanda, reduzir a capacidade ociosa e diminuir os riscos dos efeitos da pandemia a longo prazo. Porém, nas economias emergentes, a lenta vacinação em alguns países (especialmente da África e da Ásia), novos surtos de infecção e medidas de distanciamento ainda impediam o crescimento mais vigoroso, principalmente naquelas economias que receberam pouco ou nenhum benefício de auxílio à renda.

Com a reabertura dos estabelecimentos, muitos países exibiram avanços na atividade econômica a partir do segundo trimestre, os quais se mantiveram no terceiro trimestre do ano, mesmo que em ritmo menos acelerado. O PIB da OCDE, formada pelas 37 maiores economias do mundo, aumentou 4,5% no terceiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2020. As maiores economias do mundo, os EUA e a China, registraram ambas taxa de crescimento de 4,9% no terceiro trimestre comparado ao mesmo período do ano anterior. A área do Euro registrou aumento de 3,7%; a Alemanha, principal economia do grupo, teve aumento de 2,6%; enquanto a França avançou em 3,3% no período. O Japão, por sua vez, registrou aumento de 1,3% entre julho e setembro¹.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no último World Economic Outlook Reports², divulgado em outubro, a taxa do PIB global no ano de 2021 deverá registrar aumento de 5,9%. Para as economias avançadas, a estimativa é de um avanço de 5,2%, destacando-se a taxa de 6,0% para os EUA e de 5,0% para a área do Euro. Para as economias emergentes, projeta-se variação positiva de 6,4%. Neste grupo destaca-se o crescimento da China, com taxa de 8,0%, e o avanço de 5,2% para o Brasil.

O aumento da inflação tem surpreendido o ambiente global, ao mesmo tempo em que o desempenho da atividade tende a arrefecer na maioria dos países. Esse descompasso segue acentuado, justificado por diversos choques de oferta com que ainda se defronta a economia mundial: escassez

1 ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Quarterly GDP (indicator). Disponível em: <https://data.oecd.org/gdp/quarterly-gdp.htm#indicator-chart>. Acesso em: 27 nov. 2021.

2 INTERNATIONAL MONETARY FUND. World economic outlook: Recovery during a pandemic: health concerns, supply disruptions, and price pressures. Washington, DC: IMF, Oct. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/10/12/world-economic-outlook-october-2021>. Acesso em: 05 nov. 2021

de semicondutores, restrições de logística, problemas de oferta de energia e mão de obra e ainda as incertezas decorrentes da pandemia, com as novas variantes do vírus que podem desencadear novas restrições à mobilidade da população. Portanto, pelo efeito estatístico, a maioria dos países deve registrar crescimento em 2021, embora alguns não voltem ao nível pré-pandemia, o que compromete a recuperação da renda e do emprego.

2. CONTEXTO NACIONAL

No tocante ao mercado de trabalho brasileiro, a taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2021, foi de 12,6%. Esse resultado indicou redução de 2,2 pontos percentuais comparativamente ao verificado para o mesmo período de 2020 (14,9%) e de 1,6 ponto percentual na comparação com o índice do trimestre imediatamente anterior (14,2%), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)³. O país possuía 13,453 milhões de desocupados no terceiro trimestre de 2021, o que significou 1,145 milhão de pessoas a menos nessa situação do que no mesmo período do ano passado.

No penúltimo trimestre de 2021, a população ocupada foi estimada em 92,976 milhões, aproximadamente 11,4% acima (ou 9,537 milhões a mais) do constatado no terceiro trimestre de 2020. Do total de ocupados, 66,4% eram empregados (incluindo empregados domésticos), 4,1% eram empregadores, 27,4% trabalhavam por conta própria e 2,1% se encontravam na condição de trabalhadores familiares auxiliares.

O rendimento médio real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, foi estimado em R\$ 2.459. Este resultado apresentou queda de 4,0% em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 2.562) e de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 2.766). A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, foi estimada em R\$ 223,549 bilhões, registrando recuo de 0,1% em relação ao trimestre anterior (R\$ 223,751 bilhões) e de

Em termos setoriais, todos os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo positivo no acumulado até o mês de outubro: Serviços (+1.145.498 postos); Indústria geral (+556.013 postos); Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (+482.332 postos); Construção (+284.544 postos) e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+177.592 postos)

3 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2021. 3º trimestre. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/bahia>. Acesso em: 9 dez. 2021.

0,7% frente ao terceiro trimestre de 2020 (R\$ 225,237 bilhões), embora tais variações não tenham se mostrado estatisticamente significativas segundo o IBGE.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)⁴ apontaram saldo de 2.645.974 postos de trabalho no país de janeiro a outubro deste ano. O resultado representou uma variação positiva de 6,9% em relação ao estoque de empregos formais existentes no primeiro dia do ano. Em termos setoriais, todos os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo positivo no acumulado até o mês de outubro: Serviços (+1.145.498 postos); Indústria geral (+556.013 postos); Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (+482.332 postos); Construção (+284.544 postos) e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+177.592 postos).

No que se refere à inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁵ registrou variação de 8,24% no acumulado do ano até outubro e seguiu trajetória de alta no período recente. No acumulado dos últimos doze meses, o índice já alcança o patamar de dois dígitos (10,67%). A reabertura da economia, que permitiu o aumento da movimentação das atividades de serviços e de comércio, combinada com o aumento do preço de energia e dos combustíveis, contribuiu para o crescimento mais disseminado da inflação entre os segmentos. Essa pressão inflacionária acarreta em mudanças nas expectativas de inflação para os próximos meses, tornando mais difíceis as decisões de política monetária.

4 BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília: ME, out. 2020. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

5 ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca>. Acesso em: 20 nov. 2021.

É importante reconhecer que a persistência do choque de oferta, a depreciação do câmbio e a alta do petróleo no mercado internacional também contribuem para elevar os preços dos combustíveis e bens produzidos pela indústria, impactando a inflação e o poder de compra dos consumidores com efeitos negativos sobre o nível de atividade.

Neste sentido, como resposta ao cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central estendeu o aumento dos juros e decidiu elevar a taxa Selic em 1,50 ponto percentual, para 7,75% a.a. O Copom vem reiterando nas atas a necessidade de um aperto monetário significativamente mais contracionista do que o considerado anteriormente. Como justificativa, revelou sua preocupação com o grau de persistência da inflação no curto prazo e o risco de desancoragem das expectativas de inflação decorrente da política fiscal expansionista. Ainda segundo o Comitê, “a depreciação cambial e o impulso fiscal derivados das mudanças no teto de gastos, combinado com a persistência da inflação corrente, demandam um patamar de juros mais elevado para conduzir a inflação para as metas de 2022”⁶.

Neste sentido, segundo o boletim Focus (2021), divulgado em 06 de dezembro deste ano, o mercado financeiro, após consecutivas reduções na taxa, prevê crescimento de 4,71% para o PIB nacional em 2021. Ainda segundo a mesma fonte, a inflação deve ficar em 10,18% e a expectativa é de que a taxa Selic atinja 9,25% a.a.

6 REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 242., 2021, Brasília. Ata [...]. Brasília: Bacen, 26-27 out. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 03 nov. 2021.

No setor externo, o déficit em transações correntes somou US\$ 26,7 bilhões (1,66% do PIB) nos doze meses encerrados em outubro de 2021, ante US\$ 23,4 bilhões (1,47% do PIB) em setembro de 2021, e US\$ 23,3 bilhões (1,54% do PIB) em outubro de 2020. Na conta financeira, o investimento direto privado (IDP) totalizou US\$ 49,2 bilhões (3,06% do PIB) nos doze meses encerrados em outubro de 2021, ante US\$ 49,9 bilhões (3,13% do PIB) no mês anterior e US\$ 45,9 bilhões (3,05% do PIB) em outubro de 2020⁷.

Do lado fiscal, persistem as indefinições sobre o orçamento federal de 2022 e sobre o cumprimento de regras fiscais, que têm rebatimentos severos na inflação e no desempenho da economia do país. No acumulado no ano, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 49,6 bilhões, frente ao déficit de R\$ 633,0 bilhões no mesmo período de 2020. A dívida líquida do setor público atingiu 57,6% do PIB (R\$ 4,9 trilhões) em outubro⁸.

3. INDICADORES ECONÔMICOS DA BAHIA

3.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)⁹, apresentou taxa de cres-

7 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas do setor externo: nota para imprensa. 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorextenso>. Acesso em: 08 dez. 2021.

8 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas fiscais. Brasília, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 06 dez. 2021.

9 INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, jul./set. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/imagens/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2021_3.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

cimento positiva neste ano, após cair a uma taxa de -3,4%, em 2020. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana cresceu 3,9% (Tabela 1). A Agropecuária cresceu 6,5%, os Serviços registraram aumento de 5,5%, enquanto a Indústria recuou 2,2%.

A Agropecuária baiana alcançou um nível recorde de produção pelo segundo ano consecutivo, favorecida pelas condições climáticas e de mercado para o plantio e o desenvolvimento da lavoura de soja da região oeste. Destaca-se o crescimento nas estimativas anuais de produção da soja (12,6%), cana-de-açúcar (7,3%) e cacau (10,3%).

A Agropecuária baiana alcançou um nível recorde de produção pelo segundo ano consecutivo, favorecida pelas condições climáticas e de mercado para o plantio e o desenvolvimento da lavoura de soja da região oeste

Os efeitos da pandemia e a queda da produção de veículos, por sua vez, prejudicaram o crescimento da produção industrial, especialmente da indústria da transformação, que apresentou recuo de 6,9%. A Construção manteve-se estável com taxa de -0,1%, prejudicada pelos elevados custos da construção civil. As Indústrias extrativas avançaram 10,0%. A atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, por sua vez, cresceu 6,9%, incentivada pelo aumento de 11,2% da geração de energia elétrica no estado, destacando-se os aumentos de geração das energias térmica

(72,6%), eólica (26,6%) e fotovoltaica (2,6%) no acumulado dos três trimestres. A energia hidráulica reduziu em 18,1% no mesmo período¹⁰ (Tabela 1).

10 OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. Boletim mensal de geração por estado. Brasília: ONS, set. 2021. http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx. Acesso em: 03 dez. 2021.

TABELA 1	
Produto Interno Bruto e Valor Adicionado	
Bahia, Jan.-Set./2021 ⁽¹⁾	
Atividade	Variação acumulada no ano (%) ⁽²⁾
Agropecuária	6,5
Indústria	-2,2
Indústria de transformação	-6,9
Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	6,9
Extrativa mineral	10
Construção civil	-0,1
Serviços	5,5
Comércio	15,5
Transportes	9,5
Atividades imobiliárias	2,2
Administração pública (APU)	1,2
Outros Serviços	4,8
Valor Adicionado básico	3,9
Imposto sobre o produto	4,3
PIB	3,9

Fonte: Informativo PIB Trimestral (2021).

Notas: ⁽¹⁾ Dados preliminares, sujeitos a retificação.

⁽²⁾ Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O setor de Serviços, com aumento de 5,5% após a flexibilização das atividades econômicas recuperou em parte as perdas acumuladas durante a pandemia. Destaque para o crescimento de Comércio (15,5%), favorecido principalmente pelo aumento no volume de vendas de veículos. Também houve aumento em Transporte, armazenagem e correio (9,5%), Atividades imobiliárias (2,2%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (1,2%) e Outros serviços (4,8%).

O setor de Serviços, com aumento de 5,5% após a flexibilização das atividades econômicas recuperou em parte as perdas acumuladas durante a pandemia. Destaque para o crescimento de Comércio (15,5%)

3.2 Atividade Agrícola

A Bahia representou 4,1% do volume de produção de grãos do país em 2021. O estado alcançou um nível recorde de produção pelo segundo ano consecutivo. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE)¹¹ estimou, em outubro deste ano, que a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas¹² da Bahia alcançará 10,4 milhões de toneladas (t) em 2021,

11 ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, nov. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_nov_2021.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

12 Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

o que representa crescimento de 3,5% na comparação com a safra de 2020¹³ – que foi o melhor resultado da série histórica do levantamento.

Destaque positivo para a soja, cuja colheita, já concluída, alcançou sua máxima histórica. Por outro lado, as demais culturas tiveram níveis de produção inferiores aos de 2020, em razão de fatores climáticos (milho), assim como de mercado (algodão e feijão). As áreas plantada e colhida ficaram ambas estimadas em 3,2 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma expansão de 2,6% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média estimada para a safra de grãos, no estado, foi de 3,25 t/ha, o que representa alta de 0,9% na mesma base de comparação.

Os produtores da região oeste colheram 6,8 milhões de toneladas de soja este ano – a maior da série histórica do levantamento –, o que corresponde a uma alta de 12,6% em relação a 2020. A área plantada com a oleaginosa somou 1,7 milhão de hectares, que supera em 4,9% a

13 LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/bahia>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Os produtores da região oeste colheram 6,8 milhões de toneladas de soja este ano – a maior da série histórica do levantamento –, o que corresponde a uma alta de 12,6% em relação a 2020



Fotos - GOVBA

A Agropecuária baiana alcançou um nível recorde de produção pelo segundo ano consecutivo

de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura ficou em 4,0 t/ha. A produção de algodão (caroço e pluma), em 2021, ficou projetada em torno de 1,27 milhão de toneladas, o que corresponde a uma queda de 14,0% na comparação anual. A área plantada (268 mil hectares) apresentou recuo de 14,9% em relação a 2020.

A expectativa para as duas safras anuais de milho totalizou 2,41 milhões de toneladas em 2021, o que corresponde a uma queda de 7,1% na comparação anual. Com relação à área plantada (670 mil hectares), o IBGE indica uma expansão de 7,5% sobre a área de 2020. A estimativa da 1ª safra do cereal ficou em 1,9 milhão de toneladas (5,5% superior à de 2020) e a da 2ª safra (515 mil toneladas) teve recuo interanual de 35,6%.

Em 2021, a produção total de feijão ficou estimada em 189,2 mil toneladas, 34,8% menor do que a observada em 2020. Estimou-se uma área plantada de 417 mil hectares, cerca de 1,7% inferior à verificada no ano anterior. A 1ª safra (103 mil toneladas) registrou queda de 24,2% em relação a 2020, e a 2ª safra (86,2 mil toneladas) apresentou variação negativa de 44,1% na mesma base de comparação.

TABELA 2

Estimativa de Produção Física, Áreas Plantada e Colhida e Rendimentos dos Principais Produtos Agrícolas

Bahia, 2020 e 2021

Produtos/Safras	Produção Física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽²⁾	Var. (%)	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽²⁾	Var. (%)	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽²⁾	Var. (%)	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽²⁾	Var. (%)
Mandioca	963	862	-10,5	133	123	-7,5	107	109	1,9	9.000	7.904	-12,2
Cana-de-açúcar	5.150	5.525	7,3	75	78	4,0	75	78	4,0	68.667	70.833	3,2
Cacau	118	130	10,3	450	440	-2,2	425	420	-1,2	278	310	11,6
Café	246	207	-15,9	125	122	-2,4	113	104	-8,0	2.187	2.000	-8,5
Grãos ¹	10.063	10.419	3,5	3.119	3.201	2,6	3.119	3.201	2,6	3.226	3.255	0,9
Algodão	1.475	1.268	-14,0	315	268	-14,9	315	268	-14,9	4.683	4.731	1,0
Feijão	290	189	-34,8	424	417	-1,7	424	417	-1,7	684	454	-33,7
Milho	2.600	2.415	-7,1	624	670	7,5	624	670	7,5	4.170	3.604	-13,6
Soja	6.070	6.834	12,6	1.621	1.700	4,9	1.621	1.700	4,9	3.746	4.020	7,3
Sorgo	146	142	-2,9	80	90	12,2	80	90	12,2	1.823	1.577	-13,5
Outros ¹	57	65	14,2	56	56	0,4	56	56	0,4	1.021	1.162	13,8
TOTAL	-	-	-	3.902	3.964	1,598463	3.839	3.912	1,911264	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA.

⁽¹⁾ LSPA/IBGE safra 2020.⁽²⁾ LSPA/IBGE previsão de safra (out. 2021).⁽³⁾ Rendimento = produção física/área colhida.¹ Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), mamona e trigo.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 5,5 milhões de toneladas, alta de 7,3% em relação à safra anterior. A estimativa da produção do cacau ficou projetada em 130,1 mil toneladas, o que representa aumento de 10,3% na comparação com 2020. A produção estimada de café foi reduzida para 207 mil toneladas, 15,9% abaixo da produção verificada no ano passado. A safra do tipo arábica (74 mil toneladas) teve variação negativa anual de 23,7%, por outro lado houve ampliação em 6,0% da safra do tipo conilon (133 mil toneladas), na mesma base de comparação.

As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil toneladas), laranja (634,3 mil toneladas) e uva (61,2 mil toneladas) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 35,1%, em relação à safra anterior. As projeções ainda indicam uma produção de 861,5 mil toneladas de mandioca, 10,5% inferior à de 2020. A batata-inglesa teve sua produção estimada em 387 mil toneladas, e o tomate teve queda nas projeções de produção (-13,7%), que ficou estimada em 208,2 mil toneladas.

3.3 Atividade industrial

Com base no indicador da produção física da indústria extrativa e de transformação baiana, da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁴, verifica-se que a maioria dos segmentos da indústria baiana registra aumento na produção, na comparação do acumulado do ano até setembro, conforme dados ilustrados no Tabela 3. Porém, aqueles que registraram recuo têm importante participação (41,0%)¹⁵

14 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2021_set.pdf. Acesso em: 10/11/2021

15 Segundo dados do IBGE divulgados pela Pesquisa Industrial Anual de 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1849#resultado>. Acesso em: 16/11/2021.

As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil toneladas), laranja (634,3 mil toneladas) e uva (61,2 mil toneladas) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 35,1%, em relação à safra anterior

no valor da transformação industrial, e contribuíram para a forte queda da produção industrial no estado no período, com variação negativa de 15,0%.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado negativo da indústria baiana tem-se, inicialmente, a indústria de Derivados de petróleo, impulsionada pela queda na produção de óleo combustível, óleo diesel e naftas para petroquímica.

O setor Veículos apresentou a segunda maior contribuição para a taxa negativa da indústria baiana no período, pois teve as atividades da unidade de produção local de automóveis encerradas em janeiro de 2021¹⁶. No acumulado do ano, a produção caiu 94,3%, com queda na fabricação de automóveis e peças para veículos.

16 FORD MEDIA CENTER. Ford avança na reestruturação da América do Sul, encerra as operações de manufatura no Brasil e atende clientes com nova linha de produtos. Disponível em: <https://media.ford.com/content/fordmedia/fsa/br/pt/news/2021/01/11/ford-avanca-na-reestruturacao-da-america-do-sul-encerra-as-oper.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

TABELA 3

Produção Física da Indústria de Transformação

Bahia, Jan.-Set. 2021

Classes e Gênero	Variação acumulada no ano (%) ⁽¹⁾
Indústria geral	-13.4
Indústrias extrativas	6.9
Indústrias de transformação	-14.5
Produtos alimentícios	1.7
Bebidas	-2.2
Couros, artigos para viagem e calçados	43.1
Celulose, papel e produtos de papel	5.4
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-27
Outros produtos químicos	9.2
Produtos de borracha e de material plástico	14.8
Produtos de minerais não-metálicos	0
Metalurgia	-8
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	14
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-94.3

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2021).

⁽¹⁾ Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O setor Metalúrgico foi impactado, principalmente, na produção de cobre com redução na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre. Simultaneamente, a indústria metalúrgica baiana vem sendo afetada pelo encerramento das atividades de unidade fabril de ferroligas de manganês, localizada em Simões Filho, que ocorreu em fins de 2020.

A principal contribuição positiva para o acumulado no ano veio do setor de Produtos químicos, que apresentou aumento de 9,2% no período, atribuído, principalmente, ao crescimento na produção de acrilonitrila, princípios ativos para herbicidas e etileno não saturado.

O setor de Couro e calçados manteve o crescimento observado no último trimestre de 2020, e alcançou taxa de 43,1%. O aumento no setor deu-se principalmente pelo crescimento na produção de tênis de material sintético, calçados femininos de plástico e borracha e calçados masculinos de couro.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico, com aumento de 14,8% no ano, teve o desempenho influenciado, principalmente pelo aumento na produção de pneus novos para automóveis, caminhões e ônibus e borracha misturada não vulcanizada.

A indústria Extrativa, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, cresceu 6,9% no período de janeiro a setembro de 2021, principalmente em decorrência do aumento na produção de magnésio, outros óxidos de magnésio e carbonato de magnésio natural; gás natural; pedras britadas; e minérios de cobre em bruto ou beneficiado.

O setor de Couro e calçados manteve o crescimento observado no último trimestre de 2020, e alcançou taxa de 43,1%

De modo geral, alguns fatores contribuíram negativamente para a queda da produção industrial baiana, neste sentido pode-se destacar a escassez e o encarecimento dos insumos para algumas indústrias, que desencadeiam atrasos em toda a cadeia produtiva, queda da massa de salários real – impactada pela elevada taxa de desemprego, pelo aumento da inflação e pela redução dos recursos do auxílio emergencial para a população de baixa renda –, e o aumento nas taxas de juros, que reduzem a confiança do setor.

Por sua vez, os aspectos positivos para a indústria baiana em 2021 estão relacionados aos segmentos direcionados à demanda externa para os países asiáticos, parte da Europa e Estados Unidos, regiões que contribuem no sentido de impulsionar o crescimento da demanda mundial. E estão associados, também, ao aumento nos preços de determinadas commodities (principalmente as agrícolas) que favorecem a competitividade de parte do setor produtivo local.

3.4 Comércio varejista

O volume de vendas do comércio varejista ampliado na Bahia cresceu 12,1% no acumulado do ano até setembro/2021, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio¹⁷, divulgada pelo IBGE, comparadas ao mesmo período do ano anterior. Composto pelo varejo restrito e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, esse aquecimento nos negócios é atribuído ao comportamento de alguns segmentos do comércio restrito e ao segmento do de Veículos, motos, partes e peças (48,2%) (Tabela 4).

17 PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, setembro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2020_set.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

TABELA 4

Volume de Vendas do Comércio Varejista

Bahia, Jan.-Set./2021

Atividade (Jan.-Set./2021 ^(*))	Valor %
Comércio Varejista	5,2
1 - Combustíveis e lubrificantes	5,5
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-9,0
2.1 - Hipermercados e supermercados	-8,7
3 - Tecidos, vestuário e calçados	41,4
4 - Móveis e eletrodomésticos	9,1
4.1 - Móveis	3,3
4.2 - Eletrodomésticos	12,3
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	15,1
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	10,4
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-24,5
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	24,1
Comércio Varejista Ampliado	12,1
9 - Veículos, motos, partes e peças	48,2
10 - Material de construção	-10,4

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2021).

*Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano, o varejo restrito registrou crescimento nas vendas de 5,2%. Esse resultado foi influenciado pelo comportamento dos segmentos Tecidos, vestuário e calçados (41,4%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (24,1%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (15,1%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (10,4%), Móveis e eletrodo-

mésticos (9,1%), e Combustíveis e lubrificantes (5,5%). Os resultados negativos ficaram por conta de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,0%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-24,5%). No que diz respeito aos subgrupos, verificam-se que as vendas de Eletrodomésticos, e Móveis, registraram crescimento de 12,3% e 3,3%, respectivamente, já o segmento de Hipermercados e supermercados recuou 8,7%.

A análise do comportamento do varejo, nos primeiros nove meses de 2021, evidencia que o avanço do processo de imunização no país e a flexibilização das medidas restritivas impulsionaram as vendas do setor. Por outro lado, fatores como inflação elevada, política monetária restritiva, maior endividamento das famílias de baixa renda, desemprego e a perda do poder aquisitivo dos consumidores levam ao aumento das incertezas de que esse crescimento irá sustentar-se nos próximos meses.

No acumulado do ano, o varejo restrito registrou crescimento nas vendas de 5,2%

O aquecimento no segmento de Tecidos, vestuário e calçados está relacionado ao efeito estatístico, uma vez que as vendas dessa atividade, no início da pandemia, ficaram bastante comprometidas dadas as medidas de isolamento social, como fechamento do comércio tanto nas ruas como em centros comerciais e shopping centers.

Por outro lado, mesmo com a flexibilização dessas medidas, as características do negócio em realizar grande parte das vendas presencialmente foram confrontadas com a necessidade de se amenizar o contato físico entre os consumidores. Dessa forma, embora a expansão de 41,4% nos últimos nove meses seja expressiva, ainda não é possível afirmar que a atividade retomou o ritmo de crescimento pré-pandemia. Quando observada a variação no acumulado do ano em relação a igual período de 2020, observa-se um recuo nos negócios de 15,6%.

Outro segmento que chama a atenção é Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, que manteve crescimento nas vendas em todos os nove meses de 2021, como resultado da maior busca por medicamento pelos consumidores, dado o período pandêmico. Como resultado dessa ação, a atividade manteve um ritmo de crescimento nos últimos meses registrando uma taxa de 15,1% no acumulado do ano.

Já o comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista, retraiu 9,0%. Apesar da sua relevância para o setor, a redução registrada no volume de vendas na atividade geral nos últimos nove meses deve-se ao aumento dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica, ao desemprego e à redução do auxílio emergencial.

Assim, a trajetória do comércio varejista ao longo do ano de 2021 corrobora com a percepção de que a retomada das vendas no setor a taxas de crescimentos mais robustas está longe de acontecer. Esse movimento vai depender muito de melhorias na confiança dos consumidores e do mercado de trabalho, de forma a trazer novos ares para a atividade econômica do país.

A análise do comportamento do varejo, nos primeiros nove meses de 2021, evidencia que o avanço do processo de imunização no país e a flexibilização das medidas restritivas impulsionaram as vendas do setor

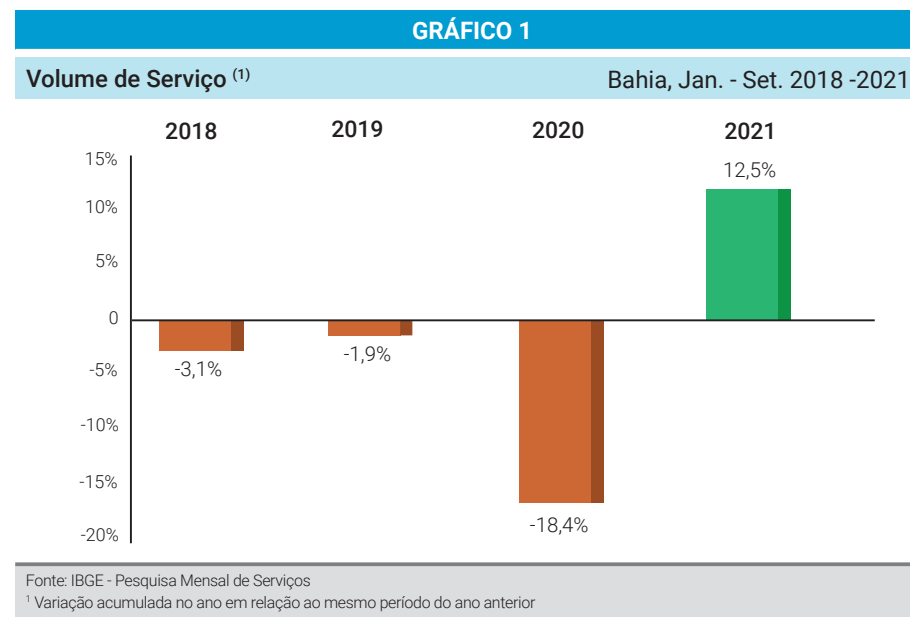
3.5 Serviços e Turismo

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE¹⁸ e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume de serviços na Bahia, no acumulado entre janeiro e setembro de 2021, avançou 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, invertendo a tendência de retração iniciada em 2015. Esse resultado é a maior variação já registrada em toda série histórica iniciada 2011 para esse tipo de comparação e contribuiu positivamente, no índice nacional, que cresceu 11,4%, na mesma análise (Gráfico 1).

Seguindo a mesma análise, todas as atividades puxaram o volume de serviços da Bahia para cima, com destaque, em termos de variações mais expressivas para as atividades de Serviços prestados às famílias¹⁹ (48,4%),

18 PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2021_set.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

19 Inclui os seguintes serviços: atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades esportivas, de recreação e lazer (exceto clubes); lavanderias, tinturarias e toalheiros; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; outros serviços pessoais (clínicas de estética, serviços de alojamento, higiene e adestramento de animais domésticos, serviços de engraxates



que apontou a mais expressiva variação positiva. Essa atividade também apresentou resultado superior àquele observado no mesmo período do ano anterior (-46,0%), seguida por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (17,2%), que também registrou variação positiva significativa, a primeira variação positiva depois de uma sequência de duas taxas negativas. A atividade de Serviços profissionais, administrativos e complementares ampliou 4,4%, Outros serviços²⁰ avançou 3,9%, e Serviços de informação e comunicação contabilizou estabilidade relativa (0,4%).

e carregadores de malas etc.); atividades de apoio à educação e serviços de educação continuada (cursos de idiomas, de ensino de esportes, arte e cultura, cursos preparatórios para concursos etc.).

20 Inclui os seguintes serviços: atividades imobiliárias (intermediação, gestão e administração de imóveis próprios e de terceiros); serviços de manutenção e reparação; serviços auxiliares financeiros; serviços auxiliares da agricultura; serviços de esgoto e serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais.



Foto Fernando Vivas - GOVBA

Destaque de serviços na área da saúde na Bahia.

Nessa análise, a receita nominal baiana seguiu o mesmo comportamento do volume, e expandiu 14,9%, com destaque para as atividades de Serviços prestados às famílias (45,3%), seguida por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (18,6%), depois Serviços profissionais, administrativos e complementares (8,4%), Outros serviços (6,9%), e Serviços de informação e comunicação (2,7%).

É importante destacar que, entre janeiro e setembro de 2021, o setor de serviços foi impactado pelas medidas de contenção à Covid-19 na Bahia, tais como: restrição de locomoção noturna, suspensão do funcionamento de academias, proibição da prática de esporte amador coletivo, assim como dos eventos, shows e festas, independentemente do número de participantes, e nos municípios integrantes de Regiões de Saúde em que a taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19 se mantiver superior a 50%, por cinco dias consecutivos, os eventos e atividades devem acontecer com público de até 100 pessoas. Mas, ainda assim, os resultados apresentados pela Pesquisa de Serviços do IBGE foram de expansão.

É importante lembrar que todas as atividades tanto no volume quanto na receita nominal, marcaram retração no ano de 2020 devido à pandemia. Com isso deve-se levar em consideração o efeito base nos resultados de 2021. Ao observar os resultados apresentados pelo Indicador de Confiança do Empresariado Baiano da SEI²¹ e a Sondagem Empresarial da FGV²², a expectativa é de recuperação para o setor nos meses subsequentes, pois a maioria das atividades econômicas já retornou à normalidade.

Conforme os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, sistematizados pela SEI, o volume das atividades turísticas²³ na Bahia no acumulado entre janeiro e setembro de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior, expandiu 48,9%, após registrar queda de 42,1% em 2020, na mesma base de comparação. Esse resultado é a maior variação já registrada em toda série histórica iniciada 2011 para esse tipo de comparação, e contribuiu positivamente, no índice nacional, que avançou 19,9%, na mesma análise (Gráfico 2).

O índice foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na receita de empresas que atuam nos ramos de transporte aéreo, restaurantes, hotéis, rodoviário coletivo de passageiros, locação de automóveis e

21 PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO. BAHIA: SEI, set. 2021. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/rel_ICEB_set21.pdf>. Acesso em 26/11/2021. Acesso em: 26 nov. 2021.

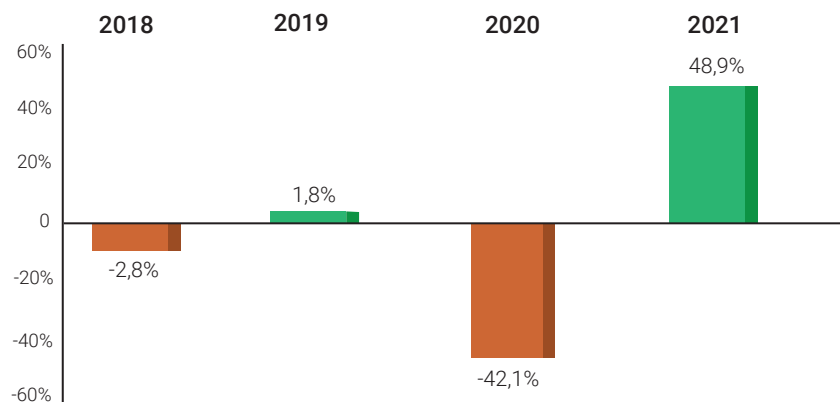
22 SONDAAGEM DE SERVIÇOS. RIO DE JANEIRO: FGV IBRE, out. 2021. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-10/sondagem-de-servicos-fgv_press-release_out21.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

23 Agregado especial que abrange as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros, em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros).

GRÁFICO 2

Volume das Atividades Turísticas ⁽¹⁾

Bahia, Jan. - Set. 2018 -2021



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços.

⁽¹⁾ Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

serviços de bufê. Esse resultado se deve, em parte, à maior queda (-42,1%) registrada no mesmo período do ano passado, e a flexibilização das atividades relacionadas ao setor que ocorreu no terceiro trimestre de 2021, tais como: funcionamento de hotéis, pousadas e demais estabelecimentos de alojamento, templos religiosos e igrejas, clubes sociais, recreativos e esportivos, contribuindo para atração e movimentação de turistas no estado.

3.6 Comércio Exterior

As exportações baianas alcançaram US\$ 7,32 bilhões no acumulado do ano até setembro, alta de 31,0% em relação a igual período de 2020, e foram impulsionadas pela retomada da atividade econômica no mundo, sobretudo no segundo trimestre, com o avanço da

vacinação contra o Coronavírus e o arrefecimento da pandemia. Em setembro, as exportações tiveram o maior saldo para um mês na sua série histórica, sobretudo pelo avanço dos preços, ao alcançarem US\$ 1,035 bilhão com crescimento de 63,6% comparado ao registrado em igual mês de 2020. O desempenho positivo foi puxado pelos preços, que tiveram alta média de 34,0% frente ao mesmo período do ano passado, contra uma queda de 0,03% no volume embarcado, reflexo do crescente aumento de riscos que ameaçam desacelerar a recuperação global.

Por setor de atividade, a Indústria de transformação apresentou crescimento de 13,6% no acumulado do ano. O segmento de químicos e petroquímicos teve incremento nas vendas de 56,5%, seguido pelo

As exportações baianas alcançaram US\$ 7,32 bilhões no acumulado do ano até setembro, alta de 31,0% em relação a igual período de 2020, e foram impulsionadas pela retomada da atividade econômica no mundo, sobretudo no segundo trimestre, com o avanço da vacinação contra o Coronavírus e o arrefecimento da pandemia

TABELA 5

Balança Comercial

Bahia, Jan.-Out. 2020 e 2021

(Valores em US\$ 1.000 FOB)

Discriminação	2020	2021	Var. %
Exportações	5.589.971	7.318.421	30,92
Importações	3.573.485	5.344.313	49,55
Saldo	2.016.486	1.974.108	-2,10
Corrente de comércio	9.163.455	12.662.734	38,19

Fonte: ME/SECINT/SECEX/SITEC, dados coletados em 05/10/2021, <http://comexstat.mdic.gov.br>.

Obs.: Importações efetivas, dados preliminares.

setor metalúrgico com alta de 31,4%, ambos em relação ao mesmo período de 2020. As exportações na Agropecuária cresceram 53,0% lideradas pela soja em grão, com incremento de 60,2%; pelo algodão, com aumento de 42,3% e do café e especiarias, com incremento de 46,0%. A Agroindústria por sua vez, teve aumento de 36,3% na mesma base de comparação.

A indústria de transformação, apesar da pouca valorização, melhorou no terceiro trimestre devido ao aumento dos preços das *commodities*, principalmente as de origem mineral (petróleo, cobre e níquel). Desde abril, as vendas externas do setor têm tido ritmo constante de expansão, o que é

TABELA 6

Exportações Baianas por Principais Segmentos

Bahia, Jan.- Set. 2020 e 2021

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2020	2021			
Soja e Derivados	1.207.177	1.933.756	60,20	26,42	38,36
Químicos e Petroquímicos	583.421	912.945	56,48	12,47	55,99
Petróleo e Derivados	902.894	916.829	1,54	12,53	66,70
Papel e Celulose	728.707	736.299	-8,01	10,06	-0,01
Metalúrgicos	376.850	495.196	31,40	6,77	74,82
Minerais	181.687	484.576	166,71	6,62	14,90
Algodão e Seus Subprodutos	283.375	403.307	42,32	5,51	10,02
Metais Preciosos	361.903	395.579	9,31	5,41	-54,46
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	250.723	214.288	-14,53	2,93	1,61
Cacau e Derivados	143.570	166.461	15,94	2,27	1,40
Demais Segmentos	569.724	659.255	15,71	9,10	86,29
Total	5.589.971	7.318.421	30,92	100,00	34,00

Fonte: ME/SECINT/SECEX/SITEC, dados coletados em 12/11/2021, <http://comexstat.mdic.gov.br>

notável devido aos muitos empecilhos no caminho das vendas da indústria, como a disparada dos fretes, a dificuldade de conseguir despachar produtos em contêineres, a escassez de insumos que ainda persiste em alguns segmentos e o câmbio desvalorizado.

Uma mostra disso são as vendas para a Argentina, que vinham muito mal mesmo antes da pandemia e que, no acumulado até setembro, registram recuperação tanto no ano (29,4%), quanto no terceiro trimestre (27,3%). O ritmo diminuiu em setembro, com crescimento de apenas 2,5%, depois de seis meses seguidos de forte alta. A inflexão se deve à falta de componentes decorrente dos gargalos nas cadeias de produção que vêm prejudicando, sobretudo, o setor manufatureiro, e à escassez de dólares na Argentina, que tem minado as importações de empresas.

A China permanece liderando como principal mercado para as vendas externas do estado com aproximadamente 29,0% de participação no ano e crescimento de 38,2%. Seguida pelos EUA com 12,0% de participação e crescimento de 36,8% e por Singapura que está com 10,5% de participação e crescimento negativo de 8,3%.

As importações continuaram recuperando o terreno perdido em 2020 fortalecidas pela retomada da atividade econômica. As compras externas somaram US\$ 5,34 bilhões no acumulado no ano até setembro com aumento de 49,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Houve aumento de 43,5% no volume desembarcado, atribuído ao aumento do nível dos preços (4,3%) no período, em comparação aos preços praticados em igual período de 2020.

As compras externas desaceleraram no terceiro trimestre em relação ao segundo (queda de 29,2%), resultado das elevadas incertezas fiscais e

políticas, do agravamento da crise hídrica e de uma inflação persistente e disseminada, que requer juros cada vez mais altos.

As compras externas foram puxadas pelos combustíveis, – aumento de 117,6%, sobretudo, pelas compras Nafta, GNL (Gás natural liquefeito) e Óleo diesel –, que cresceram substancialmente tanto pelo aumento do preço no mercado internacional como pela ocorrência de parada para manutenção e interrupções no segmento de refino de petróleo.

TABELA 7

Importações Baianas por Categorias de Uso

Bahia, Jan.-Out. 2020 e 2021

(Valores em US\$ 1.000 FOB)

Discriminação	2020	2021	Var. %	Part. %
Bens intermediários	2.040.960	2.919.656	43,05	54,63
Bens de capital	867.867	1.888.845	117,64	35,34
Combustíveis e lubrificantes	511.491	365.925	-28,46	6,85
Bens de consumo duráveis	77.286	89.436	15,72	1,67
Bens de consumo não duráveis	72.805	80.446	10,50	1,51
Bens não especificados anteriormente	3.076	4	-99,86	0,00
Total	3.573.485	5.344.312	49,55	100,00

Fonte: ME/SECINT/SECEX/SITEC, dados coletados em 05/10/2021, <http://comexstat.mdic.gov.br>.

Obs.: importações efetivas, dados preliminares.

Dentre os bens intermediários, que cresceram 43,0% no acumulado do ano até setembro, destacam-se os fertilizantes, minério de cobre, óleos de palmiste, grafita e borracha. Por conta do bom desempenho, sobretudo no segundo trimestre, o volume desembarcado está 43,5% acima de 2020, ano marcado pelo menor volume de compras do estado desde 2009. Apesar do efeito da base baixa de comparação, a maior

demanda por bens importados acontece via recomposição de estoques pela indústria, em um ambiente de escassez interna de suprimentos e de reação ainda moderada na atividade econômica.

Mesmo com um cenário interno adverso, qualquer aumento das futuras compras externas estará relacionado à tênue retomada da atividade econômica e ao crescimento dos preços de insumos.

4. INDICADORES SOCIAIS DA BAHIA

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), cuja cobertura abrange todo o território nacional, e nos dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (órgão integrante da estrutura do Ministério da Cidadania), esta seção reúne algumas das principais características sobre a realidade social baiana no contexto da Covid-19 (2020-2021). Os indicadores selecionados levam em conta aspectos demográficos, educação, ocupação, renda e condições de moradia. Esse conjunto de informações contribui para a compreensão das modificações no perfil social e econômico da população, possibilitando, assim, um melhor acompanhamento da execução das políticas públicas. As políticas sociais continuam fundamentais para aliviar o impacto das crises sobre a população do estado e prevenir que os retrocessos sociais sejam maiores em um cenário atípico de pandemia.

4.1 População e educação

A população do estado foi estimada em 14,9 milhões no terceiro trimestre de 2021, apresentando, nesse período, 14,3% de idosos (60 anos ou mais). A tendência ao envelhecimento da população baiana permaneceu entre 2018 e 2021.

TABELA 8

Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou Mais, em Porcentagem, por Situação do Domicílio

Nordeste e Bahia – 2012, 2015, 2019, 2020 e 2021¹

Região/UF/ Situação do domicílio	Taxas %				
	2012	2015	2019	2020	2021 3º Tri.
Nordeste	16,4	14,9	13,9	11,2	11,3
Urbana	12,1	11,1	10,4	8,3	8,3
Rural	28,8	26,4	24,5	20,5	21,0
Bahia	15,3	12,8	12,9	10,3	10,2
Urbana	10,6	8,8	9,1	6,9	6,9
Rural	27,6	24,6	22,9	19,5	18,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2012 a 2021.

Os dados de 2012 e 2015 tiveram como fonte a PNADC anual 1 * Visita.

Os dados de 2019 tiveram como fonte a PNADC Educação.

¹ Para efeito de registro, foram apresentadas estimativas médias para 2020 e dados parciais de 2021, a partir da PNADC trimestral. A taxa de analfabetismo é o percentual de pessoas de determinada faixa etária que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC, exceto 2019.

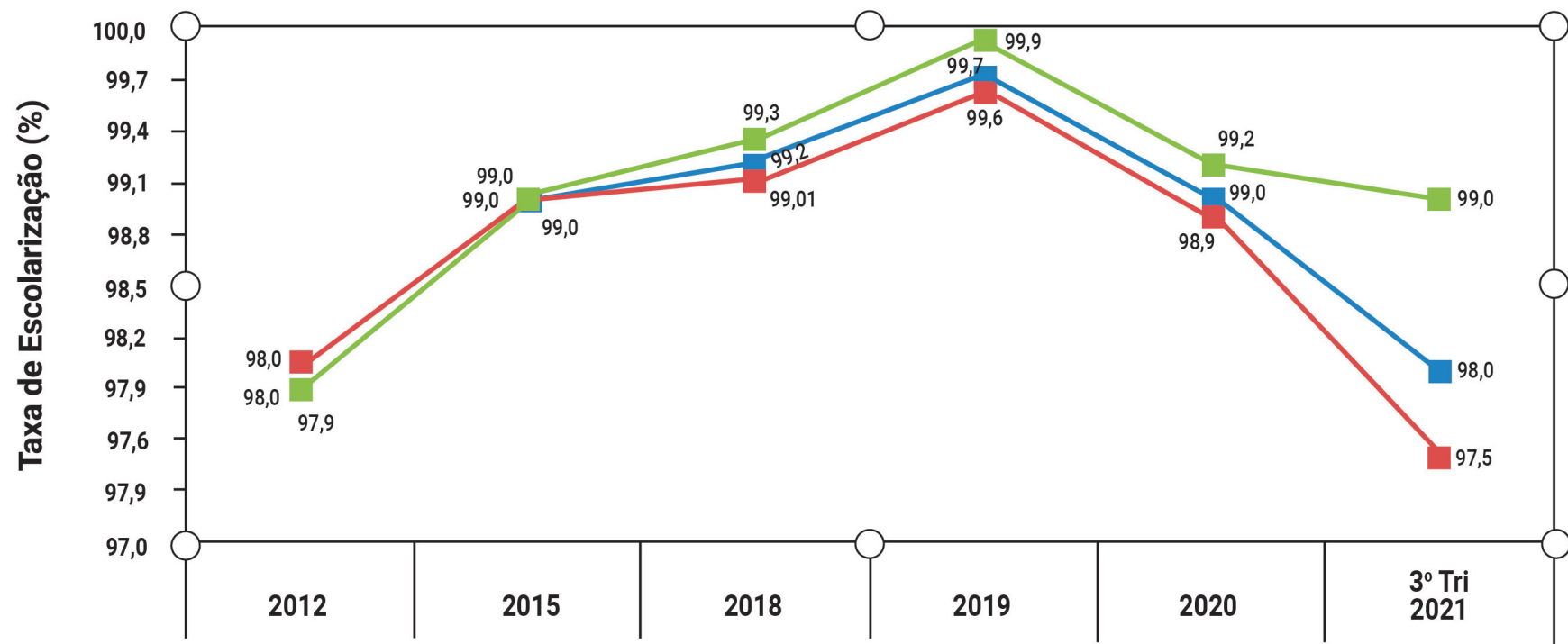
A taxa de analfabetismo para a população baiana de 15 anos ou mais também tem mantido trajetória de queda ao longo do tempo, tendo diminuído 5,0 pontos percentuais entre 2012 e 2020, de 15,3% a 10,3%, nesse intervalo (Tabela 8). Na zona rural do estado, a redução do analfabetismo foi de 8,1 pontos percentuais, saindo de 27,6% para 19,5%. Já na zona urbana, a taxa de analfabetismo dessa população passou de 10,6% em 2012 para 6,9% em 2020. A comparação entre a taxa de analfabetismo do ano de 2012 e a do terceiro trimestre de 2021, último dado disponível, revela arrefecimento de 5,1 pontos percentuais na Bahia com taxa de 10,2%. Houve uma redução ainda maior na zona rural, onde a diferença chegou a 9,0 pontos percentuais, pois passou de 27,6%, em 2012, para 18,6% no terceiro trimestre de 2021.

Em 2021, o acesso à escola dos jovens de 6 a 14 anos encontrava-se quase universalizado e sem diferenças significativas entre as zonas urbana e rural. Tal realidade começou a ser delineada em 2003, ano em que se intensificaram as políticas sociais e de distribuição de renda em

tudo o país e, em especial, na Região Nordeste (Gráfico 3). As taxas de escolarização bruta das pessoas de 6 a 14 anos da Bahia, da zona urbana e do meio rural apresentaram, no terceiro trimestre de 2021, redução não significativa em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 3

Taxa de Escolarização da População de 6 a 14 anos por situação do domicílio.

Bahia - 2012, 2015, 2018, 2019, 2020 e 2021¹

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio Contínua: 2012 a 2021

Elaboração: SEI/DIPEQ. Dados sistematizados a partir dos Microdados

Dados referente a PNADC anual 1ª visita para 2012 e 2015

Dados referente a PNADC anual Educação para 2018 e 2019

¹ Para efeito de registro, foram apresentadas estimativas médias para 2020 e dados parciais de 2021, a partir da PNADC trimestral.

A taxa de escolarização é dada pela razão entre o número de pessoas em idade entre 6 a 14 anos, que frequentam a escola, e o total de pessoas nessa mesma faixa etária.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido à nova metodologia de calibração da PNADC, exeto 2018 e 2019.

4.2 Ocupação e renda

Na Bahia, o ano de 2021 começou evidenciando a maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa em 2012. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, no trimestre de abertura do ano, a desocupação atingiu 21,7% da população na força de trabalho – uma alta de 1,0 ponto percentual comparativamente ao registrado no último trimestre de 2020 (20,7%). Entretanto, mesmo diante da crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, a taxa de desocupação no estado experimentou redução em relação ao primeiro trimestre de 2021, passando a 20,2% e 18,7% no segundo e terceiro trimestres respectivamente (Quadro 1). No contexto brasileiro, houve movimento semelhante: ao longo de 2021, a referida taxa partiu de 14,9% no primeiro trimestre e retrocedeu a 12,6% no terceiro trimestre de 2021.



Foto Mateus Pereira - GOVBA

Ocupação e renda.

Quando se considera, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (indivíduos ocupados com jornada abaixo de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar em um período maior) e os integrantes da força de trabalho potencial (aqueles que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram, mas não estavam disponíveis para trabalhar) também se vê redução do indicador ao longo do ano no território baiano. Após atingir 45,0% nos primeiros três meses deste ano, a taxa composta de subutilização da força de trabalho foi reduzindo a cada trimestre, registrando 43,3% no segundo trimestre e 41,1% no terceiro trimestre. O registro mais recente (41,1%) significou baixa de 2,2 pontos percentuais comparativamente ao valor estimado no trimestre imediatamente anterior (43,3%) e de 5,0 pontos percentuais em relação ao verificado no mesmo trimestre de um ano antes (46,1%). Assim, conforme últimos dados disponíveis, 3,371 milhões de pessoas se encontravam na condição de subutilizadas no estado.

O rendimento médio real de todos os trabalhos habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre do ano na Bahia, foi estimado em R\$ 1.583. Tal valor representou uma perda de 15,7% em comparação ao do mesmo trimestre do ano de 2020 (R\$ 1.877) e um recuo de 5,9% em relação ao do trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.682). Tais dados evidenciam que o rendimento médio real habitual dos trabalhadores baianos foi impactado, principalmente, em 2021, segundo ano da pandemia.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no acumulado do ano até outubro de 2021, a Bahia apresentou um saldo positivo de 118.745 postos de trabalho com carteira assinada, levando em conta a série ajustada, que in-

QUADRO 1

Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

Bahia, 1º tri. 2019 - 3º tri. 2021

Indicador	Estimativa										
	2019 1º tri.	2019 2º tri.	2019 3º tri.	2019 4º tri.	2020 1º tri.	2020 2º tri.	2020 3º tri.	2020 4º tri.	2021 1º tri.	2021 2º tri.	2021 3º tri.
Taxa de desocupação	18,5%	17,5%	16,9%	16,5%	18,8%	20,5%	21,1%	20,7%	21,7%	20,2%	18,7%
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	40,5%	40,1%	39,1%	39,2%	40,1%	45,4%	46,1%	45,0%	45,0%	43,3%	41,1%
Rendimento médio real habitual ¹	R\$ 1.727	R\$ 1.716	R\$ 1.697	R\$ 1.769	R\$ 1.819	R\$ 1.925	R\$ 1.877	R\$ 1.700	R\$ 1.646	R\$ 1.682	R\$ 1.583
Massa de rendimento real habitual ²	R\$ 9.660	R\$ 9.728	R\$ 9.619	R\$ 10.051	R\$ 10.110	R\$ 9.089	R\$ 8.878	R\$ 8.599	R\$ 8.236	R\$ 8.778	R\$ 8.798

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - IBGE.

Notas: ¹ Trata-se do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas expresso em reais.² Trata-se da massa de rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas expressa em milhões de reais.

corpora as informações declaradas fora do prazo. Nesse intervalo, a RMS criou 29.023 vagas, enquanto o interior do estado foi responsável por gerar 89.722 novos postos de trabalho formais, o que colocou esta instância geográfica como principal responsável pela geração de postos de trabalho formal no mercado de trabalho no território baiano neste ano segundo o Caged.

Nos dez primeiros meses de 2021, todas as cinco grandes categorias de atividades econômicas contabilizaram saldos acumulados positivos: Serviços (+45.846 vagas), Indústria geral (+24.909 vagas), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (+24.272 postos), Construção (+14.399 postos) e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+9.319 postos).

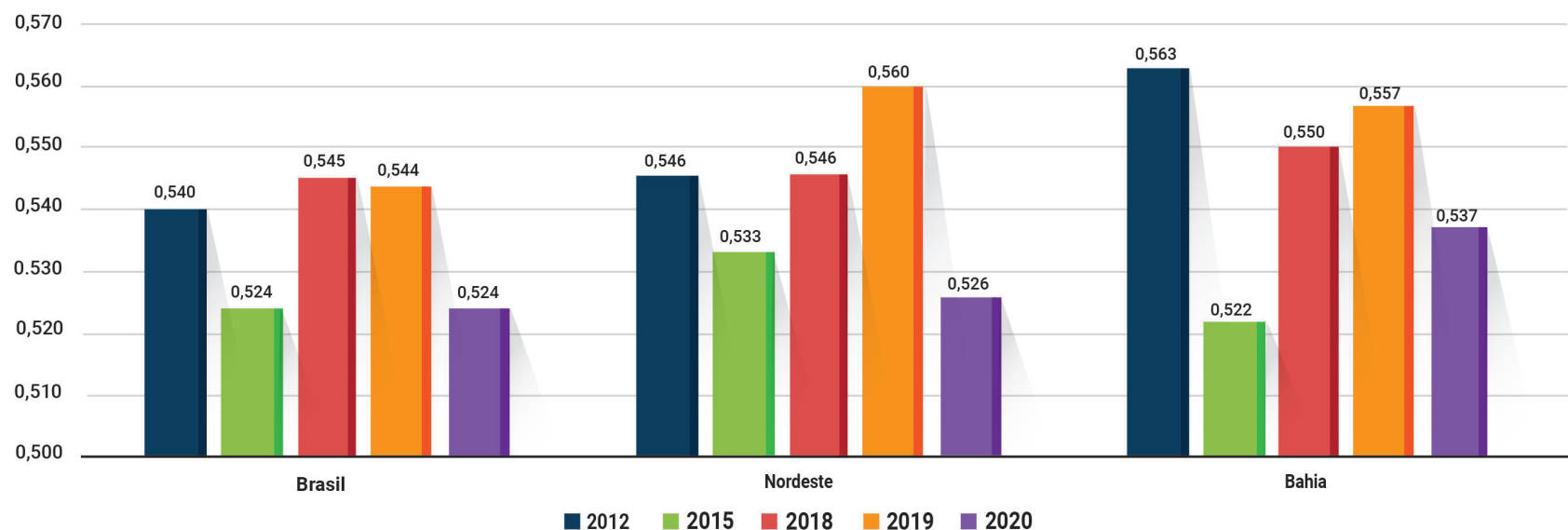
Exceto o Território de Identidade do Velho Chico (-87 postos), os outros vinte e seis geraram postos de trabalho entre janeiro e outubro de 2021 com destaque para Metropolitano de Salvador (+29.023 postos), Sertão do São Francisco (+11.892 vagas) e Portal do Sertão (+10.882 postos).

Em 2020, o Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, variando de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), foi aferido em 0,537 para o estado (Gráfico 4). Neste ano, o estado registrou uma distribuição do rendimento quase tão desigual quanto o restante da região Nordeste (0,526) e do país (0,524). Houve uma redução da desigualdade em comparação ao ano anterior nas três unidades geográficas analisadas, possivelmente devido às transferências de renda via Auxílio Emergencial.

GRÁFICO 4

Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Domiciliar Per Capita

Brasil, Nordeste e Bahia - 2012, 2015, 2018, 2019 e 2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua.

Nota: Resultados 2012-2019 referem-se aos acumulados de primeiras visitas. 2020 contempla acumulado de quintas visitas. Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido à nova metodologia de calibração da PNADC.

O Gráfico 5 apresenta o percentual da renda apropriada pelos 10% mais pobres da população. Este estrato populacional baiano se apropriava de 0,8% do total da renda em 2020, percentual próximo da apropriação registrada no ano anterior, enquanto na Região Nordeste o patamar era superior em 0,1 ponto percentual: os 10% mais pobres se apropriavam de 0,9% do rendimento. Os números revelam a persistência da desigualdade regional brasileira. Entre 2012 e 2015 houve uma melhora, porém, em 2018 e 2019, a desigualdade de renda atingiu níveis mais intensos que no início da série

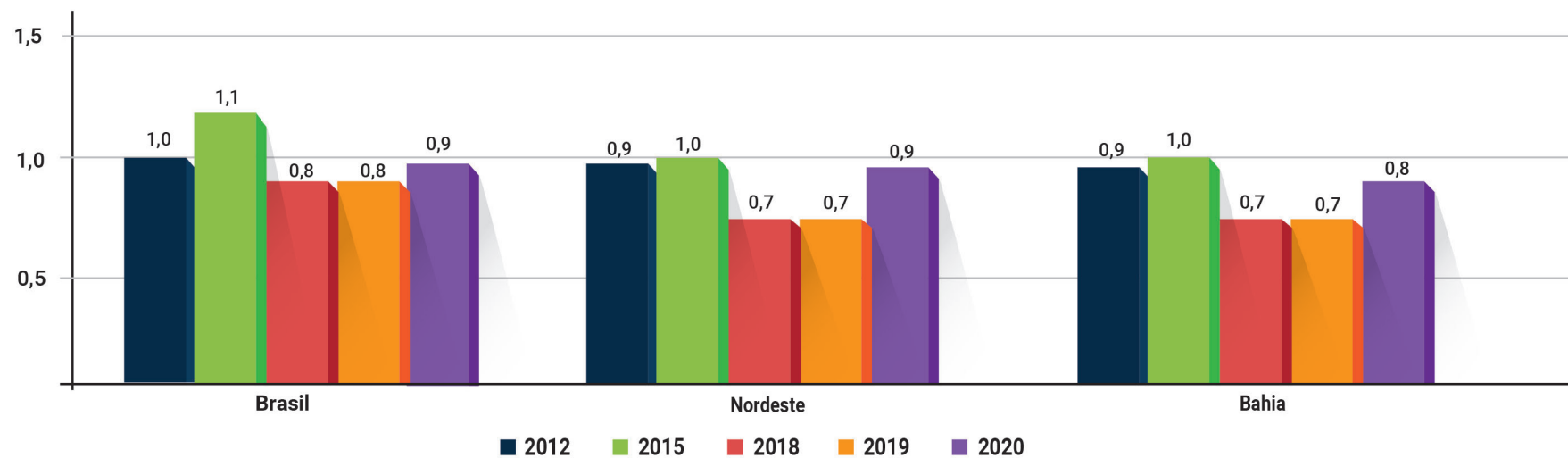
da pesquisa, ocorrido em 2012. Em 2020, o índice volta a registrar uma leve ampliação. Na Bahia, nesse íterim, os 10% mais pobres se apropriava de 0,9% em 2012, atingiu 1,0% em 2015, mas em 2018 e 2019 apresentaram um menor percentual de renda apropriada (0,7%), até atingir 0,8% em 2020.

O rendimento médio mensal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido no mês de referência, de todos os trabalhos em 2020 na Bahia foi de R\$ 1.849. O valor situou-se pouco acima da renda

GRÁFICO 5

Percentual apropriado do rendimento mensal real domiciliar per capita, a preços médios do último ano, pelos 10% mais pobres da população

Brasil, Nordeste e Bahia - 2012, 2015, 2018, 2019 e 2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua.
Resultados 2012-2019 referem-se aos acumulados de primeiras visitas. 2020 contempla acumulado de quintas visitas.
Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC.

média do Nordeste (R\$ 1.751), mas, significativamente abaixo da renda média do país (R\$ 2.447). Entre os períodos analisados até 2020, percebe-se que esses rendimentos permaneceram numa tendência constante na Bahia, que apresentava rendimentos de R\$ 1.516 em 2012, alcançando R\$ 1.620 em 2019, e valor superior a esse em 2020 (R\$ 1.849) (Tabela 9). Os valores parciais registrados em 2021 revelam uma redução, possivelmente devido aos desdobramentos dos efeitos da pandemia no mercado de trabalho. No terceiro trimestre, por exemplo, o rendimento médio mensal real aproximou-se do valor de 2018.

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos na Bahia (R\$ 155) para o décimo mais pobre da população situou-se em patamar inferior ao da Região Nordeste (R\$ 158) em 2020. Além do mais, esse rendimento médio é cerca de 48,0% do rendimento médio do mesmo decil da população nacional (R\$ 324), mais uma vez evidenciando a continuidade da disparidade regional do Nordeste para com o resto do país. Em 2019, ano anterior, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos baianos do primeiro decil correspondia a 51,0% do rendimento médio do mesmo decil da população do Brasil.

TABELA 9

Rendimento¹ Médio Mensal Real das Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, de Todos os Trabalhos, a Preços Médios do Último Ano

Brasil, Nordeste e Bahia, 2012, 2015, 2018, 2019, 2020 e 2021

País / Região / UF	2012	2015	2018	2019	2020	2021		
						1º Tri.	2º Tri.	3º Tri.
Brasil	2.269	2.323	2.373	2.366	2.447	2.635	2.562	2.459
Nordeste	1.518	1.599	1.595	1.628	1.751	1.752	1.733	1.677
Bahia	1.516	1.549	1.563	1.620	1.849	1.646	1.682	1.583

Fonte: IBGE – PNAD Contínua anual.

Nota: Valores de 2012 a 2020 em R\$ de 2020.

Valores de 2021 a preços médios do último trimestre.

¹Refere-se ao rendimento habitual.

Resultados 2012-2019 referem-se aos acumulados de primeiras visitas. 2020 contempla acumulado de quintas visitas.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC.

Quanto ao último decil (pertencente aos 10% mais ricos da população), constata-se que a população pertencente ao 10º decil na Bahia possuía, em 2020, uma renda média do trabalho equivalente a R\$ 8.624. No Nordeste, este contingente populacional registrou, no mesmo ano, uma renda média de R\$ 7.716 e, no Brasil, R\$ 10.110. O rendimento médio mensal

real dos integrantes do décimo decil na Bahia superou o registrado para a região nordestina, mas foi inferior ao do país (Tabela 10).

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, com base em informações disponibilizadas pela Secretaria Especial

TABELA 10

Rendimento⁽¹⁾ Médio Mensal Real das Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, de Todos os Trabalhos, a Preços Médios do Último Ano, por Decil

Brasil, Nordeste e Bahia – 2012, 2015, 2018, 2019 e 2020.

País / Região / UF	2012		2015		2018		2019		2020	
	1º Decil	10º Decil	1º Decil	10º Decil	1º Decil	10º Decil	1º Decil	10º Decil	1º Decil	10º Decil
Brasil	285	9.374	317	9.344	277	9.877	279	9.894	324	10.110
Nordeste	136	6.602	155	6.751	140	6.628	137	7.008	158	7.716
Bahia	122	6.742	150	6.297	132	6.526	143	6.998	155	8.624

Fonte: IBGE-PNAD Contínua.

Nota: Valores em R\$ de 2020.

Resultados 2012-2019 referem-se aos acumulados de primeiras visitas. 2020 contempla acumulado de quintas visitas.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC.

¹Rendimento habitual.

do Desenvolvimento Social, órgão integrante da estrutura do Ministério da Cidadania, a Bahia continuou sendo o estado brasileiro com o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2021 – quase 1,87 milhão, o que correspondia a 12,7% do existente à época no país.

De 2010 a 2021, houve uma incorporação de 206.279 famílias beneficiárias no PBF no estado, de forma que o número de famílias contempladas passou de 1.662.069 para 1.868.348 – um acréscimo equivalente a 12,4% nesse período (Tabela 11). Dessa forma, na Bahia, o último ano (ou seja, o de 2021) terminou sendo aquele com o maior quantitativo de famílias beneficiárias²⁴. Enquanto isso, nesse mesmo espaço de tempo, no Nordeste e no Brasil, os aumentos foram de 11,4% e 14,7%, respectivamente – indicando, portanto, que a Bahia exibiu uma variação relativa maior do que a média da região nordestina, mas menor do que a do país como um todo no intervalo analisado.

De janeiro a outubro de 2021, do valor nominal total repassado às famílias beneficiárias do PBF em todo o Brasil (R\$ 37,0 bilhões) – soma que inclui os recursos oriundos do Auxílio Emergencial – aproximadamente R\$ 4,7 bilhões foram direcionados à Bahia, o que representou pouco mais de um quarto do total destinado à Região Nordeste (R\$ 18,4 bilhões)²⁵. Apenas para manter o artifício do contraponto, num confronto entre os anos de 2010 e 2020 (por ainda não dispor do montante integral transferido, o ano de 2021

24 O número de famílias beneficiárias representativo de cada ano refere-se ao quantitativo existente no mês de dezembro do referido ano. No entanto, especificamente no caso de 2021, pela ausência de informação mais recente, utilizou-se o montante de outubro como referência.

25 Desde que em obediência às regras, os beneficiários do Programa Bolsa Família passaram a integrar de forma automática o público alvo do Auxílio Emergencial – benefício financeiro disponível desde abril de 2020 (excetuando-se os três primeiros meses deste ano), que visa a possibilitar proteção emergencial adicional no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do coronavírus.

TABELA 11

Número de Famílias Beneficiárias e Valor Total Repassado pelo Programa Bolsa Família por ano

Brasil, Nordeste e Bahia – 2004 a 2021

Ano	Programa Bolsa Família	
	Famílias Beneficiárias ¹	Repassé Nominal ^{2,3} (R\$ milhões)
2004	838.963	532,68
2005	1.067.291	751,36
2006	1.391.245	1.006,38
2007	1.411.662	1.204,40
2008	1.372.763	1.423,08
2009	1.581.639	1.663,24
2010	1.662.069	1.938,97
2011	1.752.766	2.261,75
2012	1.808.346	2.745,40
2013	1.800.055	3.257,58
2014	1.808.376	3.521,43
2015	1.797.610	3.600,17
2016	1.772.853	3.775,54
2017	1.833.993	3.863,52
2018	1.851.030	4.033,72
2019	1.750.294	4.073,05
2020	1.839.527	13.351,59
2021	1.868.348	4.682,86

Fonte: Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

Notas:

¹ O número de famílias beneficiárias foi representado pelo registro do mês de dezembro, seguindo o praticado pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. A exceção ficou por conta do ano de 2021, que utilizou o quantitativo de outubro como referência por se tratar do último dado disponível até o instante da coleta dos dados.

² Os montantes repassados em 2020 e em 2021 contemplam os repasses oriundos do Auxílio Emergencial, os quais substituíram os do Bolsa Família nos casos elegíveis.

³ Dados de 2020 e 2021 sujeitos a alterações à medida que novas informações de elegibilidade de pagamento do Auxílio Emergencial forem processadas.

A última atualização foi feita em 08/10/2021 (coleta em 30 de novembro de 2021).

De 2010 a 2021, houve uma incorporação de 206.279 famílias beneficiárias no PBF no estado, de forma que o número de famílias contempladas passou de 1.662.069 para 1.868.348

não foi considerado para efeito de comparação neste quesito), o repasse anual de recursos do PBF para o Estado da Bahia (incluindo os valores do Auxílio Emergencial) apresentou um aumento nominal de 588,6%.

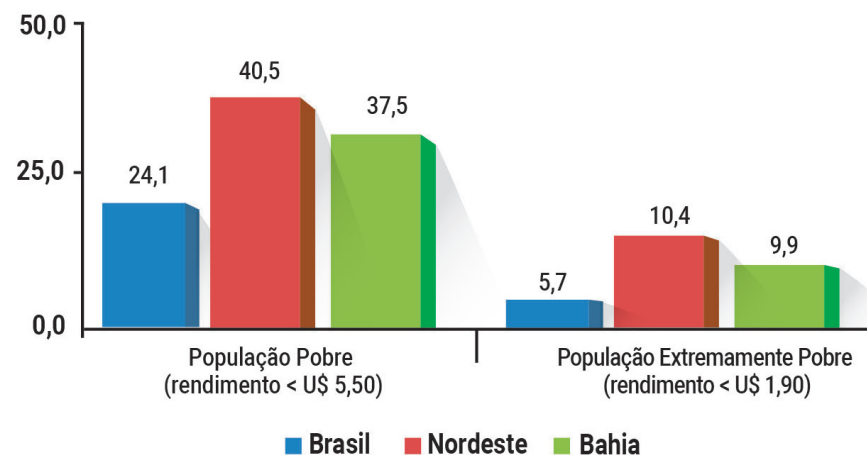
Em 2020, a Bahia registrou 37,5% da população vivendo com renda de até US\$ 5,50 por dia (população vulnerável: em condição de pobreza e extrema pobreza de acordo com o Banco Mundial). No mesmo ano, 9,9% da população do estado viviam com rendimento diário inferior a US\$ 1,90, configurando-se como condição de pobreza extrema. Estes percentuais situaram-se abaixo dos da Região Nordeste para a população vulnerável (40,5%) ou extremamente pobre (10,4%), indicando menor incidência na Bahia que no restante da região, em que pese a alta incidência do evento. Ao observar o comportamento nacional, as diferenças se mantiveram significativas sendo que, em 2020, 24,1% da população brasileira viviam com rendimento abaixo da linha da pobreza de US\$ 5,50 (Gráfico 6). Em números absolutos, cerca de 5,6 milhões de baianos viviam em condição de pobreza e pobreza extrema naquele ano.

A incidência da pobreza, entendida como condição de vulnerabilidade a partir do critério renda do Banco Mundial, na Bahia, caiu 6,1 pontos

GRÁFICO 6

Percentual da População Abaixo da Linha da Pobreza ⁽¹⁾ (em %)

Brasil, Nordeste e Bahia - 2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020, acumulado de quintas visitas.

Notas:

Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011,

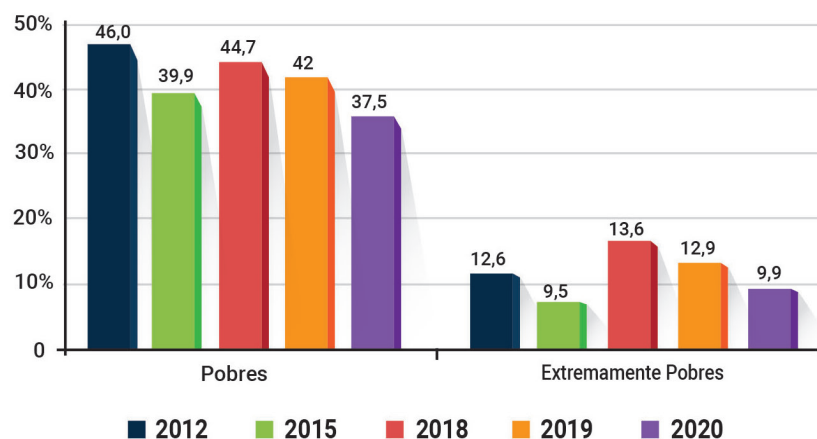
valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

¹ Foram consideradas extremamente pobres a porcentagem da população vivendo com menos do que US\$1,90 por e pobres a porcentagem da população vivendo com menos do que US\$ 5,50 por dia, aos preços internacionais de 2011.

Utiliza-se a paridade do poder de compra (PPP) de 2011, segundo o Programa de Comparação Internacional (ICP) do Banco Mundial.

percentuais entre 2012 e 2015. Em 2018, voltou a aumentar, atingindo 44,7% da população. Houve redução tímida em 2019 (2,7 pontos percentuais). Entretanto, entre 2012 e 2020, o arrefecimento foi de 8,5 pontos percentuais. A pobreza extrema também caiu no estado entre 2012 e 2015, porém em 2018 retornou superior à incidência inicial, atingindo 13,6% da população. No período total analisado, entre 2012 e 2020, a redução foi de 2,7 pontos percentuais, passando de 12,6% para 9,9% como pode ser visto no Gráfico 7.

GRÁFICO 7

População Segundo Condição de Pobreza¹ (em %) Bahia - 2012, 2015, 2018, 2019 e 2020

Fonte: IBGE - PNADC 2012 e 2020. Acumulados de primeiras visitas (2012 a 2019), acumulado de quintas visitas (2020).
 Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.
 Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.
 Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.
¹ Foram consideradas extremamente pobres a porcentagem da população vivendo com menos do que US\$ 1,90 por dia e pobres a porcentagem da população vivendo com menos do que US\$ 5,50 por dia, aos preços internacionais de 2011.
 Utiliza-se a paridade do poder de compra (PPP) de 2011, segundo o Programa de Comparação Internacional (ICP) do Banco Mundial.

4.3 Condição dos domicílios

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC Anual), a população da Bahia residia principalmente em casas em 2019. Do total de 5.078 mil domicílios, 89,7% correspondiam a esse tipo de habitação (4.553 mil domicílios) e 10,1% eram apartamentos (514 mil domicílios).

Em 2019, acerca de esgotamento sanitário, 2.878 mil domicílios estavam conectados à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede (56,7%). Em relação a 2016, houve uma ampliação do número de domicílios nesta situação, pois passou de 2.710 mil para 2.878 mil em 2019 (Tabela 12).

Houve um acréscimo relativo de 6,2% no número de domicílios ligados à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede, o que representa cerca de 168 mil novos domicílios.

Ainda em matéria de saneamento básico, o acesso à água era o que mais se destacava. Para o ano de 2019, no estado, a água uti-

TABELA 12

Domicílios por Tipo de Esgotamento Sanitário

Bahia, 2016-2019

Tipo de Esgotamento	2016		2017		2018		2019*		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Rede geral ou fossa ligada à rede*	2.710	56,2	2.708	55,6	2.765	56,4	2.878	56,7	168	6,2

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual. Sistematização da SEI.

Nota: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 09/12/2021, Tabela 6735.

A categoria Outro tipo inclui vala, rio, lago ou mar e outras formas de escoadouro.

Por motivos de mudança na captação das informações no questionário, os dados a partir de 2019 estão disponibilizados na tabela 7192.

* A Tabela 7192 desagregou os valores para Rede geral ou rede pluvial e Fossa séptica ligada à rede, aqui agregados.

A divulgação PNAD características gerais dos domicílios e dos moradores 2020 pelo IBGE está prevista para o ano de 2022.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC.

lizada em 4.849 mil domicílios era canalizada (95,5%) (Tabela 13). O percentual de cobertura revelava o comprometimento do governo com programas de acesso a esse indispensável recurso, como o Água para Todos.

A coleta direta por serviço de limpeza era o destino do lixo produzido em 3.354 mil domicílios (66,0%); e 930 mil residências tinham os resíduos coletados em caçamba de serviço de limpeza (18,3%). Um percentual também elevado de residências, 14,1% (715 mil domicílios) ainda quei-

mava o lixo na propriedade em 2019. Aproximadamente 79 mil domicílios (1,6%) davam outra destinação aos resíduos sólidos produzidos.

Em 2019, a rede geral ou fonte alternativa iluminava 5.047 mil domicílios, cujo percentual total (99,4%) aproximou o estado da universalização e revelou a importância dos programas de eletrificação (Tabela 14).

A geladeira era a posse mais comum das residências nos quatro anos em análise. Em 2019, 95,4% dos domicílios possuíam esse bem

TABELA 13

Domicílios por Canalização do Abastecimento de Água

Bahia, 2016-2019

Forma de Abastecimento	2016		2017		2018		2019		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Com canalização	4.568	94,7	4.592	94,3	4.652	94,8	4.849	95,5	281	6,2

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual. Sistematização da SEI.

Nota: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 09/12/2021, Tabela 6733.

A divulgação PNAD características gerais dos domicílios e dos moradores 2020 pelo IBGE está prevista para o ano de 2022.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC.

TABELA 14

Domicílios por Fonte de Energia Elétrica

Bahia, 2016-2019

Fonte de Energia Elétrica	2016		2017		2018		2019		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Rede geral ou fonte alternativa	4.789	99,4	4.830	99,2	4.869	99,2	5.047	99,4	258	5,4

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual. Sistematização da SEI.

Nota: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 09/12/2021, Tabela 6737.

A divulgação PNAD características gerais dos domicílios e dos moradores 2020 pelo IBGE está prevista para o ano de 2022.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC.

durável, correspondendo a 4.846 mil lares. Observa-se variação expressiva da existência da máquina de lavar roupas entre 2016 e 2019, ampliação de 22,7%. O índice de 35,9% das residências (1.822 mil domicílios) usufruía da praticidade oferecida por esse bem (Tabela 15).

Em 2019, os residentes do total de 1.597 mil domicílios (31,5%) possuíam o carro para locomoção e o total de 1.383 mil domicílios (27,2%) tinha motocicleta. Enquanto 499 mil domicílios (9,8%) detinham ambos os tipos de veículos para a mobilidade.

Em 2019, o telefone móvel celular era utilizado como instrumento de comunicação em 4.607 mil domicílios (91,0%) e representou um acréscimo de 268 mil (6,2%) em relação ao ano de 2016. O número de

residências com o telefone fixo convencional retrocedeu (-197 mil) a apenas 609 mil residências, ou seja, 12,0%. A posse do computador ocorria em 27,8% dos domicílios em 2019, e passou de 1.581 mil, em 2016, para 1.406, em 2019. Em 1.281 mil residências (32,7%), o acesso à Internet acontecia nesse tipo de equipamento. Porém, em 3.889 mil domicílios (99,4%), o aparelho celular era utilizado para esse fim, em adição a 378 mil domicílios que acessavam a Internet no *tablet* (9,7%) e 978 mil na televisão (25,0%) (Tabela 16). Enquanto o acesso à Internet via microcomputador e *tablet* parece seguir trajetória decrescente, em relação a 2016, o uso da televisão para esse objetivo intensificou-se, com ampliação de 264,9%, ou seja, incremento de 710 mil domicílios. Este fato acompanha a mudança tecnológica, a criação da TV conectada, ou seja, a *smart TV*.

TABELA 15

Domicílios por Existência de alguns Bens Duráveis

Bahia, 2016-2019

Bens Duráveis	2016		2017		2018		2019		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Geladeira	4.602	95,5	4.621	94,9	4.651	94,8	4.846	95,4	244	5,3
Máquina de lavar roupa	1.485	30,8	1.577	32,4	1.658	33,8	1.822	35,9	337	22,7
Carro	1.332	27,6	1.387	28,5	1.427	29,1	1.597	31,5	265	19,9
Motocicleta	1.250	25,9	1.234	25,4	1.265	25,8	1.383	27,2	133	10,6
Carro e motocicleta	342	7,1	350	7,2	413	8,4	499	9,8	157	45,9

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, Pesquisa Suplementar - TIC, 4º trimestre.

Notas: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 09/12/2021, Tabela 6677.

A divulgação PNAD características gerais dos domicílios e dos moradores 2020 pelo IBGE está prevista para o ano de 2022.

Dados reponderados e divulgados em 30/11/2021 devido a nova metodologia de calibração da PNADC.

TABELA 16

Domicílios por Existência de Microcomputador, Telefone e Internet

Bahia, 2016-2019

Disponibilidade de equipamentos e formas de acesso à internet	2016		2017		2018		2019		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Equipamentos Existentes										
Microcomputador	1.581	32,4	1.509	30,9	1.398	28,2	1.406	27,8	-175	-11,1
Tablet	574	11,8	492	10,1	482	9,7	439	8,7	-135	-23,5
Telefone fixo convencional	806	16,5	764	15,7	679	13,7	609	12,0	-197	-24,4
Telefone móvel celular	4.339	89,0	4.415	90,5	4.439	89,6	4.607	91,0	268	6,2
Formas de Acesso à Internet										
Acesso à Internet no microcomputador	1.369	47,8	1.361	41,2	1.250	35,3	1.281	32,7	-88	-6,4
Acesso à Internet no telefone celular	2.794	97,6	3.262	98,8	3.516	99,3	3.889	99,4	1.095	39,2
Acesso à Internet no <i>tablet</i>	447	15,6	398	12,1	394	11,1	378	9,7	-69	-15,4
Acesso à Internet na televisão	268	9,4	439	13,3	625	17,7	978	25,0	710	264,9

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, Pesquisa Suplementar - TIC, 4o trimestre.

Notas: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 09/12/2021, Tabelas 7312, 7302 e 7304.

A divulgação PNAD características gerais dos domicílios e dos moradores 2020 pelo IBGE está prevista para o ano de 2022.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Em 2021, a Bahia esteve inserida em um processo de recuperação pós-pandemia que ainda permeia a economia mundial. As políticas públicas buscaram atenuar os efeitos sobre a economia com medidas de transferência de recursos financeiros e fiscais e incentivos ao crédito, a fim de minimizar as grandes perdas geradas durante a crise sanitária. Porém, esse ciclo desencadeou uma crise econômica que assolou toda a economia mundial. Mesmo com o crescimento da atividade econômica,

muitos gargalos surgiram, como abordado nas seções anteriores, que geram incertezas com relação ambiente econômico no próximo ano.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (2021), no último World Economic Outlook Reports, divulgado em outubro, a taxa do PIB global no ano de 2022 deverá registrar aumento de 4,9%. Para as economias avançadas, a estimativa é de um avanço de 4,5%, destacando-se a taxa de 5,2% para os EUA e de 4,3% para a zona do euro. Para as economias emergentes, projeta-se variação positiva de 5,1%.

Neste grupo destaca-se o crescimento da China com taxa de 5,6% e avanço de 1,5% para o Brasil.

Por sua vez, as previsões do mercado financeiro, segundo o boletim Focus²⁶ divulgado em 06 de dezembro, indicam aumento do PIB nacional de apenas 0,5% em 2022. Ainda segundo a mesma fonte, a inflação no próximo ano deve ficar em 5,0% e a expectativa é de que a taxa Selic atinja 11,25% a.a.

Para a economia da Bahia, as projeções elaboradas pela SEI divulgadas na Lei Orçamentária Anual²⁷ indicam desempenho positivo na atividade econômica em 2022, com taxa de 3,3%, em um ritmo menos intenso que o observado em 2021, diante as incertezas tanto no cenário nacional como externo.

Nesse sentido a expectativa é que a Agropecuária repita o resultado positivo de 2021. Segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)²⁸, relativo à safra 2021/2022, divulgado em novembro, estima-se avanço de 2,6% em relação ao ciclo 2020/2021. Verificam-se projeções de crescimento na produção de algodão (5,6%), milho (9,9%) e feijão (37,1%), enquanto para a produção de soja a estimativa é de queda de 1,9% em relação ao período anterior.

26 FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 06 dez. 2021.

27 BAHIA. Mensagem do PLOA. MENSAGEM AL Nº 5.284/2021. 30.09.2021. Disponível em: https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ploa/PLOA2022/01Mensagem_PLOA_2022.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

28 ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Bahia mantém perspectiva de safra recorde de soja e alta na produção de frutas em 2021. SEI, nov. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_nov_2021.pdf. Acesso em: 07 dez. 2021.



Foto - Adenilson Nunes - GOVBA

A expectativa é que a Agropecuária repita o resultado positivo

Para a Indústria a expectativa é de que o setor volte a apresentar resultados positivos diante do aumento das vendas do varejo e dos estímulos econômicos, porém, as incertezas quanto a sustentação da retomada das vendas do varejo, inibem um crescimento mais sólido.

Por outro lado, as vendas externas continuarão se beneficiando da recuperação da demanda global por alimentos e minerais e do aumento dos preços internacionais das *commodities*. A demanda por produtos importados tende a aumentar progressivamente conforme se confirme o ritmo de crescimento da economia.

O setor de Serviços, que foi o mais afetado pelas medidas de distanciamento social, e demorou a iniciar o ciclo de recuperação, dá sinais de me-

hora, diante da reativação das atividades e deve manter o ritmo de crescimento até retornar ao nível pré-pandemia. Nesse sentido, a retomada das atividades turísticas será determinante para o aumento da ocupação e da renda no próximo ano. Por sua vez, o Comércio varejista também beneficiado pela reabertura das lojas físicas, pode ser prejudicado pela perda de poder de compra por parte dos consumidores devido ao aumento da inflação; pela redução na massa salarial; e pelo maior custo do crédito.

Porém, mesmo com a recente queda na confiança do empresariado baiano²⁹, a expectativa é que a continuidade dos investimentos será determinante para o desenvolvimento da economia baiana nos próximos anos.

Todavia, apesar da melhora na crise sanitária com a vacinação da maior parte da população, ainda há bastante incerteza relacionada aos riscos de disseminação de novas variantes do vírus. Do lado econômico, outros fatores também caracterizam riscos ao desempenho da economia baiana no próximo ano: a escassez de insumos em algumas cadeias produtivas, as pressões de custos setoriais, o elevado desemprego, a inflação e o aumento do custo do crédito.

Do ponto de vista das políticas sociais, vale ressaltar que elas continuam fundamentais para aliviar o impacto das crises sobre a população do es-

tado e prevenir que os retrocessos sociais sejam maiores em um cenário atípico de pandemia.

O acesso à escola dos jovens de 6 a 14 anos encontra-se quase universalizado e sem redução significativa das taxas de escolarização bruta no terceiro trimestre de 2021.

O acesso à escola dos jovens de 6 a 14 anos encontra-se quase universalizado e sem redução significativa das taxas de escolarização bruta no terceiro trimestre de 2021

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, a Bahia continuou sendo o estado brasileiro com o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2021 – quase 1,87 milhão.

Destaca-se também o programa de saneamento básico, permitindo o acesso a água para um maior número de habitantes. De 2016 a 2019, cerca de 281 mil domicílios foram contemplados com água canalizada.

Observa-se ainda, os impactos positivos dos programas de eletrificação que, até 2019, alcançou 5.047 mil domicílios.

29 ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO. Confiança do empresariado baiano recua novamente em outubro. SEI, out. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/reI_ICEB_out21.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.



Capítulo 2

GESTÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO 2

GESTÃO FINANCEIRA



1. GESTÃO FINANCEIRA

Um dos objetivos globais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, visando à melhoria na qualidade do gasto público do estado. Dentro desse contexto, o resultado apresentado referente ao exercício de 2021 demonstra que o estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

O Portal Transparência Bahia é um instrumento de consulta e acompanhamento online das ações governamentais e da aplicação dos recursos públicos. No portal, estão disponíveis informações da receita e da despesa, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, incluindo os gastos com educação e saúde, e os pagamentos feitos aos fornecedores e prestadores de serviço. O cidadão pode acessá-lo através do portal www.sefaz.ba.gov.br e nos sites das secretarias, demais órgãos e entidades da administração pública estadual.

Dentro do portal, é disponibilizado ainda o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios/

Um dos objetivos globais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos

convenientes (adimplência ou inadimplência das prefeituras e Organizações Não-Governamentais - ONGs).

1.1 Receitas Públicas

As receitas realizadas em 2021, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 60,70 bilhões, alcançando 106,06% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o exercício de 2020, observa-se um crescimento nominal na ordem de 18,59%, conforme se observa na Tabela 1.

TABELA 1

Balço Orçamentário da Receita

Bahia, 2018-2021

Receitas	Previsão Atualizada	Realizado (Em mil Reais)				Realização %	Variação % 2020/2021
		2021	2020	2019	2018		
Receitas Correntes	54.682.233	58.905.588	49.420.123	47.746.245	44.949.824	107,72	19,19
Receita Tributária	31.353.395	32.182.570	26.439.500	26.229.779	24.830.111	102,64	21,72
ICMS	25.920.284	26.454.398	21.169.024	21.147.432	20.104.192	102,06	24,97
Outras Tributárias	5.433.111	5.728.172	5.270.476	5.082.347	4.725.919	105,43	8,68
Receita de Contribuições	3.481.045	3.373.630	3.197.533	3.000.125	2.719.614	96,91	5,51
Receita Patrimonial	330.041	499.677	243.167	652.572	417.828	151,40	105,49
Receita Agropecuária	880	246	350	218	336	27,90	-29,77
Receita Industrial	443	-	-	318	496	0,00	-
Receita de Serviços	255.588	149.771	142.815	196.817	197.900	58,60	4,87
Transferências Correntes	15.300.278	16.912.988	15.894.047	13.487.444	12.249.285	110,54	6,41
FPE	7.788.334	9.251.156	6.947.715	7.526.222	6.663.479	118,78	33,15
Outras Transferências	7.511.944	7.661.833	8.946.331	5.961.222	5.585.806	102,00	-14,36
Outras Receitas Correntes	1.163.680	3.038.620	993.578	1.029.483	1.004.409	261,12	205,83
Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.796.883	2.748.086	2.509.113	3.149.489	3.074.845	98,26	9,52
Receitas de Capital	2.543.626	1.789.759	1.760.415	1.152.406	1.382.529	70,36	1,67
Operações de Crédito	1.339.674	772.650	821.496	742.905	646.128	57,67	-5,95
Operações de Crédito Internas	775.006	191.840	359.740	139.214	76.358	24,75	-46,67
Operações de Crédito Externas	564.668	580.810	461.756	603.691	569.770	102,86	25,78
Alienação de Bens	16.638	10.385	3.486	15.140	33.620	62,42	197,95
Amortização de Empréstimos	111.300	172.507	109.955	134.617	156.551	154,99	56,89
Transferências de Capital	902.821	248.332	403.792	259.745	546.230	27,51	-38,50
Outras Receitas de Capital	131.693	131.693	421.688	-	-	0,00	-68,77
Receitas Intraorçamentárias de Capital	41.500	454.193	-	-	-	1.094,44	-
Total	57.225.859	60.695.347	51.180.538	48.898.651	45.877.355	106,06	18,59

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

1.2 Receitas Correntes

Correspondem às receitas realizadas pelo Estado autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Em 2021, foram arrecadadas nesta categoria, incluindo as receitas intra-orçamentárias de R\$ 58,91 bilhões, representando uma realização de 107,72% das receitas correntes previstas no ano e um crescimento nominal de 19,19% em relação a 2020. O Gráfico 1 traz a composição das Receitas Correntes.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 54,63% destas e totalizaram R\$ 32,18 bilhões em 2021, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias

GRÁFICO 1

Composição das Receitas Correntes

Bahia, 2021



Fonte: FLIPAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS representou 44,91% do total das receitas correntes.

1.3 Arrecadação do ICMS

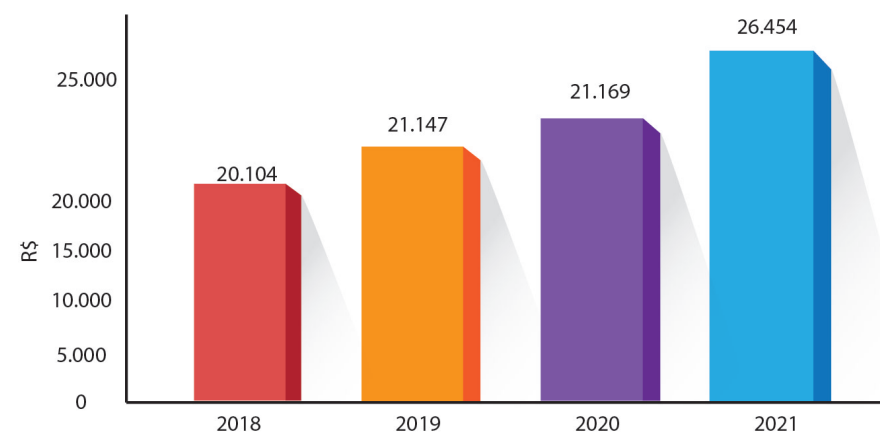
As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 82,20% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 26,45 bilhões em 2021, conforme demonstrado no Gráfico 2. Este montante representa um crescimento nominal de 24,97% em comparação com 2020.

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. O Gráfico 3 demonstra a participação

GRÁFICO 2

Evolução do ICMS - Valores Nominais (em milhões)

Bahia, 2018 -2021



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

Nota: No Gráfico 2, os valores realizados de ICMS, do período 2018-2021, estão informados com as respectivas deduções das contas retificadoras de receitas (restituições, FUNDEB), uniformizando o quadro comparativo dessa conta, considerando que este procedimento tornou-se obrigatório a partir de 2014 pela Secretaria do Tesouro Nacional

GRÁFICO 3**Arrecadação do ICMS por Setor Econômico**

Bahia, 2021



Fonte: PGM/SEFAZ/COPAF/GEPAF (ANO).

percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

No exercício de 2021, ocorreu um aumento na arrecadação do setor de comércio de 20,24%, no industrial de 34,22% e no de Serviços de 14,36%. Verifica-se que a receita de ICMS apresentou uma alta variação em relação ao período de 2020.

1.4 Arrecadação do IPVA

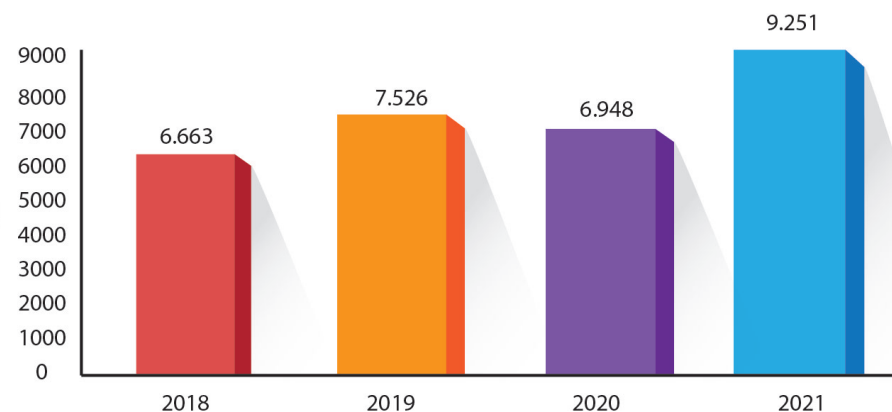
O IPVA apresentou, no ano de 2021, uma variação nominal de 5,48%, quando comparado com o realizado de 2020, sendo arrecadados R\$ 1,40 bilhão.

1.5 Receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE

As Transferências Correntes representam 28,71% das Receitas Correntes realizadas, incluindo as intraorçamentárias, e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União. Nesta rubrica, destaca-se o FPE que participa com 54,70% do total realizado de transferências e apresentou, em 2021, uma variação nominal de 33,15% em relação a 2020, atingindo o montante de R\$ 9,25 bilhões. O Gráfico 4 apresenta a evolução do FPE nos últimos quatro anos.

GRÁFICO 4**Evolução do FPE - Valores Nominais (em milhões)**

Bahia, 2018 -2021*



Fonte: FLIPAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF (ANO)

Nota: No Gráfico 4, os valores realizados de FPE, do período 2018-2021, estão informados com as respectivas deduções das Contas retificadoras de receitas (restituições, FUNDEB), uniformizando o quadro comparativo desta conta, considerando que este procedimento tornou-se obrigatório a partir de 2014 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

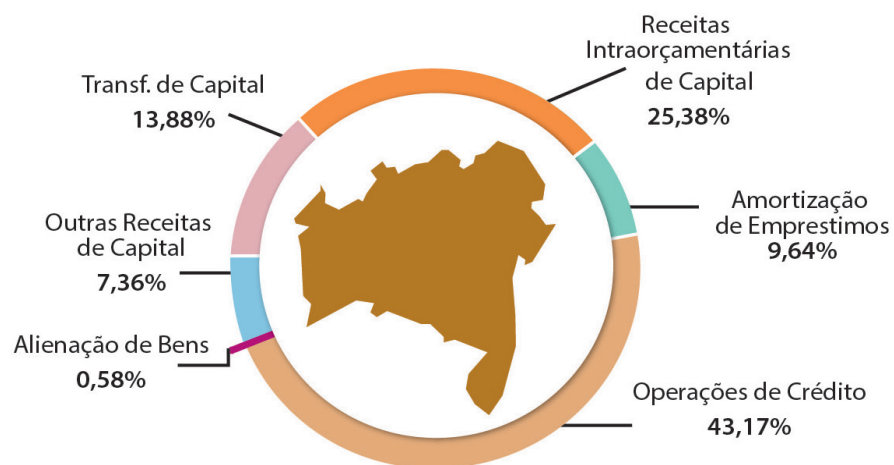
1.6 Receitas de Capital

As Receitas de Capital, incluindo as intraorçamentárias, totalizaram, em 2021, R\$ 1,79 bilhões e referem-se aos ingressos de Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais (R\$ 772,65 milhões), de Aliações de Bens (R\$ 10,39 milhões), as Amortizações de Empréstimos (R\$ 172,51 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 248,33 milhões). Foi realizada nessa rubrica 70,36% da previsão anual. A composição das Receitas de Capital está apresentada no Gráfico 5.

GRÁFICO 5

Composição das Receitas de Capital

Bahia, 2021



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF (ANO)

1.7 Receita Corrente Líquida – RCL

A Receita Corrente Líquida – RCL é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. É sobre esse parâmetro que se calculam os limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2021, conforme Gráfico 6, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 19,98% em relação a 2020, representando um montante de R\$ 45,45 bilhões.

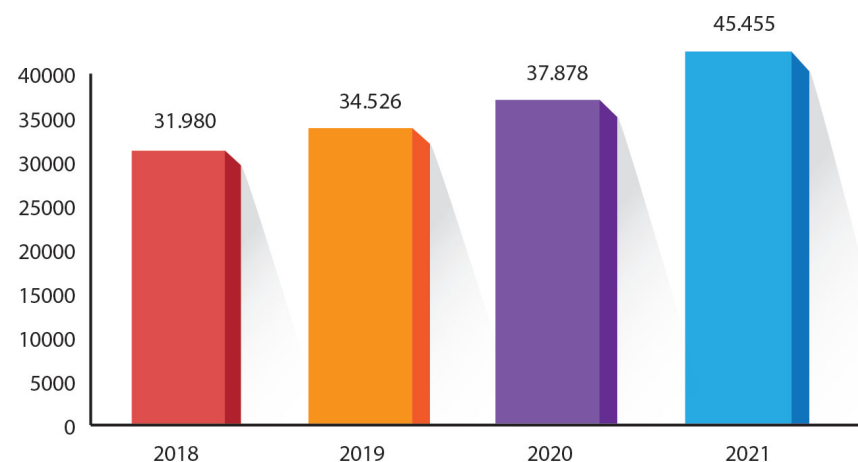
1.8 Comportamento das Despesas Públicas

A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2021 foi de R\$ 61,15 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 56,58 bilhões, o que representa uma realização de 92,53% e uma variação de 15,39% quando comparado ao ano anterior.

GRÁFICO 6

Evolução da Receita Corrente Líquida (em milhões)

Bahia, 2018 - 2021



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

TABELA 2

Balço Orçamentário da Despesa

Bahia, 2018-2021

Despesas	Dotação atualizada	Realizado (Em mil Reais)				Realização %	Variação % 2021/2020
		2021	2010	2019	2018		
Despesas Correntes	49.190.126	48.875.439	42.326.938	41.890.142	39.704.789	95,29	10,75
Pessoal e Encargos Sociais	24.110.101	23.233.616	22.983.769	22.393.533	21.189.194	96,36	1,09
Juros e Encargos da Dívida	567.719	566.927	541.600	954.652	879.050	99,86	4,68
Outras Despesas Correntes	24.512.308	23.074.897	18.801.569	18.541.957	17.636.546	94,14	22,73
Transf. Const. aos Municípios	8.612.114	8.356.736	6.786.959	6.727.904	6.339.480	97,03	23,13
Demais Despesas Correntes	15.900.194	14.718.161	12.014.610	11.814.053	11.237.066	92,57	22,50
Despesas de Capital	9.140.198	6.954.925	4.196.596	3.845.543	4.011.959	76,09	65,73
Investimentos	5.951.865	4.090.731	2.472.792	2.402.255	2.611.031	68,73	65,43
Inversões Financeiras	1.857.584	1.534.230	793.117	528.972	623.953	0,00	93,44
Amortização da Dívida	1.330.749	1.329.962	930.687	914.317	776.976	99,94	42,90
Reservas de Contingência	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Intraorçamentárias	2.816.513	2.751.760	2.510.158	3.152.830	3.081.201	97,70	9,62
Total das Despesas	61.146.837	56.582.124	49.033.692	48.888.514	46.797.950	92,53	15,39

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

O Gráfico 7 demonstra a composição das despesas em 2021.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. As despesas correntes, excetuadas as intraorçamentárias, atingiram o montante de R\$ 48,88 bilhões representando 82,84% do total gasto pelo estado, com realização de 95,29% da dotação atualizada. Incluindo as despesas intra-orçamentárias, temos um montante R\$ 49,63 bilhões, sendo realizados 95,42%.

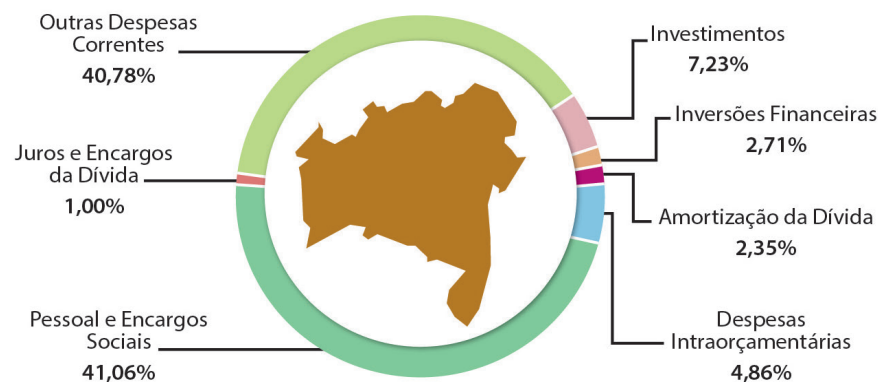
As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 23,23 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totalizaram R\$ 566,93 milhões e as Outras Despesas Correntes com um total realizado de R\$ 23,07 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 6,95 bilhões com uma realização de 76,09% do valor orçado no ano. Nessa categoria, temos, como principal componente, a rubrica Investimentos com valor de R\$ 4,09 bilhões.

GRÁFICO 7

Composição das Despesas

Bahia, 2021



Fonte: FLIPAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

Se analisarmos somente para o Poder Executivo, a despesa total prevista no exercício foi de R\$ 56,14 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 51,63 bilhões, o que representa uma realização de 91,96%. Desse total, as Despesas Correntes, incluindo as intraorçamentárias, totalizaram R\$ 44,73 bilhões e as Despesas de Capital, R\$ 6,90 bilhões.

1.9 Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas, e se mantiveram em relação à Receita Corrente Líquida do exercício, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, conforme evidência a Tabela 3.

TABELA 3

Despesas de Pessoal X Receita Corrente Líquida

Bahia, 2018-2021

PODER	% Limite prudencial	% Limite máximo	% Despesa de Pessoal Realizada / RCL			
			2021	2020	2019	2018
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	35,57	40,95	43,85	46,13

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF
RCL Ajustada dos últimos 12 meses = R\$ 45.333.569 mil

1.10 Aplicações de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

A Tabela 4 demonstra que do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou em 2021, um total de R\$ 10,16 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 26,01% destas receitas, significando o cumprimento do limite legal de 25%.

1.11 Aplicações de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do

TABELA 4

Aplicação de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Bahia, 2018-2021

Descrição	Realizado (Em mil Reais)				Limite Constitucional
	2021	2020	2019	2018	
Receita Líquida de Impostos	39.046.121	30.978.445	30.274.076	28.559.698	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	10.157.551	8.081.943	7.910.325	7.324.192	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	26,01%	26,09%	26,12%	25,65%	25,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 5,36 bilhões, em 2021, correspondendo a 13,72% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012. A Tabela 5 apresenta a aplicação de recursos em ações e serviços de saúde nos últimos quatro anos.

1.12 Dívida Pública

Visando ao equilíbrio de longo prazo das contas públicas, o Governo da Bahia mantém o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 5,36 bilhões, em 2021, correspondendo a 13,72% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012

TABELA 5

Aplicação de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Bahia, 2018-2021

Descrição	Realizado (Em mil Reais)				Limite Constitucional
	2021	2020	2019	2018	
Receita Líquida de Impostos	39.046.121	30.978.445	30.284.075	28.559.698	
Total das Despesas Próprias com Saúde	5.356.769	4.148.231	4.051.150	3.540.261	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	13,72%	13,39%	13,38%	12,40%	12,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

Conforme a Tabela 6, ao final do exercício de 2021 a relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,38 e, como ocorre regularmente nos últimos exercícios, cumpriu-se com larga margem o limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal, de uma relação inferior a 2. É importante notar que a DCL apresentou uma expressiva redução em 2021, explicada basicamente pelo aumento da disponibilidade de caixa do Estado.

Em relação ao perfil do endividamento, conforme observado na Tabela 7, entre 2012 e 2014 temos como tendências o alongamento do prazo médio de vencimento e a redução da taxa de juros média da dívida pública, o que configura uma melhora no perfil de endividamento naquele período. Essas tendências, explicadas principalmente pelo desembolso de recursos de operações de crédito externas, contratadas em expressivo valor no período 2012-2014, com longos prazos de resgate e a taxas de

TABELA 6

Relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida

Bahia, 2012-2021

Exercício	Valores em R\$ milhões									
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	17.280	21.512	21.527	20.494	17.229	16.016	16.137	11.371	10.877	10.617
Receita Corrente Líquida (RCL)	45.405	37.828	34.526	31.980	29.953	28.714	27.208	25.871	23.081	21.624
DCL / RCL	0,38	0,57	0,62	0,64	0,58	0,56	0,59	0,44	0,47	0,49

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

juros declinantes, apresentaram uma reversão a partir do ano de 2015, em razão da redução das contratações e dos desembolsos, e da elevação das taxas de juros destas mesmas operações.

No ano de 2018, com a renegociação de contratos de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a Caixa Econômica Federal – CEF, ampliando os seus prazos até o vencimento final, observa-se um aumento nos prazos médios das dívidas interna e total. Em relação ao exercício de 2019, verifica-se uma redução das taxas de juros das dívidas interna e externa, também observada em 2020 no contexto de crise instalado pela pandemia do Coronavírus (SARS-CoV2).

Por fim, no exercício de 2021 destaca-se a ampliação do prazo médio da dívida interna e do total da dívida, devido à prorrogação da data de vencimento final do contrato de refinanciamento de dívidas regido pela Lei nº 9.496/67, de 11 de setembro de 1997.

1.13 Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. A tabela 8 demonstra que, no exercício de 2021, a Bahia obteve o resultado primário positivo de 5,76 bilhões, superior à meta estabelecida na LDO, no valor negativo de (R\$ 609.161 milhões).

TABELA 7										
Evolução Anual de Prazos Médios (anos) e de Taxas de Juros Médias (% A.A.)										
BAHIA, 2012-2021										
Descrição	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
DÍVIDA EXTERNA										
Prazo Médio	17,54	17,92	18,33	18,60	18,86	19,23	19,67	20,14	18,86	17,18
Juros Médios	1,08%	1,08%	2,83%	3,30%	2,20%	1,95%	1,48%	1,21%	1,36%	1,58%
DÍVIDA INTERNA										
Prazo Médio	21,00	12,37	12,80	13,61	11,04	11,59	11,18	10,75	11,72	11,97
Juros Médios	3,91%	3,87%	4,52%	5,12%	5,17%	5,20%	6,02%	5,77%	5,75%	5,84%
DÍVIDA TOTAL										
Prazo Médio	19,11	15,35	15,51	15,98	14,47	15,14	15,56	15,14	14,66	13,68
Juros Médios	2,36%	2,38%	3,76%	4,25%	3,87%	3,69%	3,68%	3,64%	3,94%	4,45%

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB(Sistema da Dívida Pública(SPD))

Obs: Em 2021 observa-se uma expressiva ampliação do prazo médio de vencimento da dívida interna. Esta modificação é explicada pela assinatura, no mês de junho, de aditivo contratual que prorrogou em 20 anos a data de vencimento final do contrato de dívidas refinanciadas conforme a Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Ver que até 2020, a Tabela acima apresenta valores gerados pelo SDP em momento anterior à assinatura do aditivo contratual citado na nota acima. A partir de 2021, com a assinatura do referido aditivo, o SDP, em razão da forma de cálculo, modificou os valores de anos anteriores da dívida Lei 9.496/97 e portanto da Dívida Interna e da Dívida Total. Assim essa Tabela é uma composição de informações geradas pelo SDP antes da assinatura do aditivo e depois da mesma.

TABELA 8

Resultado Primário

Bahia, 2018-2021

Receitas Fiscais	Receitas Realizadas (Em mil Reais)			
	2021	2020	2019	2018
Despesas Fiscais Correntes	55.786.562	46.776.344	44.334.750	41.104.459
Despesas Fiscais de Capital	390.382	828.966	274.885	546.230
Receitas Fiscais	56.176.944	47.605.310	44.609.635	41.650.689
Despesas Fiscais	Despesas (Em mil Reais)			
	2021	2020	2019	2018
Despesas Fiscais Correntes	46.041.532	41.702.553	40.811.819	38.791.441
Despesas Fiscais de Capital	4.371.632	2.921.858	2.788.751	2.935.695
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais	50.413.164	44.624.410	43.600.570	41.727.135
Resultado Primário	5.763.780	2.980.900	1.009.064	(76.446)

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

Nota: LDO/LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2021 = R\$ (609.191) mil.

Capítulo 3

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA
DO PPA 2020-2023,
ANO 2021**

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PPA 2020-2023

1. Execução Orçamentário-Financeira do PPA

As instabilidades econômicas e sociais geradas pela Covid-19 em 2020 estiveram presentes também em 2021. No Brasil, os primeiros meses do ano foram de muitas incertezas quanto às consequências da pandemia, principalmente pela rapidez da propagação da doença, pelo número de vidas perdidas e pelo aparecimento de novas cepas do vírus. Diante desse contexto e das fragilidades da coordenação nacional para combater a pandemia, os entes da Federação assumiram o protagonismo com medidas regionais para contenção da doença.

Na Bahia, além do decreto de calamidade pública, o governo estadual manteve diversas ações de proteção social, com vistas a conter a curva de contágio e impedir o colapso do sistema de saúde. Mesmo com o início da vacinação, ações em curso foram intensificadas, como a manutenção da rede de assistência à saúde pública e orientação quanto à necessidade de isolamento social. Na medida em que o ritmo da vacinação aumentava e os resultados positivos eram percebidos nos indicadores da doença no estado, a retomada de algumas atividades econômicas foi gradualmente acontecendo, tendo como premissa a proteção à vida e a saúde da população. Indiscutivelmente, a cautela fez parte de todas as decisões tomadas nesse ambiente.

Importante ressaltar que os efeitos da pandemia e as incertezas relacionadas a economia conferiram desafios sobre as finanças públicas do Estado e, conseqüentemente, nas questões relacionadas aos investimentos. Vale lembrar que, ao longo dos últimos anos, as despesas realizadas com recursos discricionários tiveram limitação em relação às despesas correntes primárias, objetivando garantir o nível de investimentos.



Foto - Fernando Vivas GOVBA

Vacinação contra Covid-19 melhorou os indicadores da doença na Bahia.

Levando em consideração que na elaboração dos instrumentos de planejamento são considerados parâmetros que refletem expectativas conjunturais de curto e médio prazo, não se esperava que uma crise nos moldes daquela que se estabeleceu em 2020 perdurasse até os dias atuais com reflexos importantes nas expectativas econômicas. O descontrole inflacionário foi um exemplo disso haja vista as consequências perversas de seus efeitos na vida da população e o remédio adotado para sua contenção: o aumento dos juros. No entanto, na esteira dos efeitos dos preços, o resultado da arrecadação estadual em 2021 mostrou-se positiva.

A execução orçamentário-financeira de 2021 foi realizada nesse ambiente incerto e desafiador conjunturalmente de contradição. Enquanto não se vislumbra o fim da Covid-19, importantes medidas seguirão sendo adotadas na perspectiva de proteção à sociedade. Deste modo, faz-se necessário reforçar a importância do orçamento como uma peça de planejamento público, mediação para alcançar o atendimento às demandas da sociedade, obedecendo à hierarquia de prioridades e, quando necessário, o reordenamento da alocação dos recursos definidos no PPA 2020-2023.

Deste modo, o presente capítulo objetiva apresentar, de forma geral, a execução orçamentário-financeira de 2021 no segundo ano do PPA 2020-2023, dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

No ano de 2021, o valor liquidado por todos os poderes atingiu o montante de R\$ 55,1 bilhões, perfazendo uma execução de 90,1%. Desse valor, R\$ 35,1 bilhões corresponderam ao Orçamento Fiscal e R\$ 20 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social. Apenas no Poder Executivo foram alocados R\$ 50,2 bilhões, alcançando durante o período uma execução de 89,4%, aproximadamente. As Tabelas 1 e 2 demonstram esses resultados.

O percurso da conjuntura econômica durante o ano de 2021 desencadeou uma série de medidas em resposta à necessidade da população baiana e, principalmente, uma maior sensibilidade quanto às questões que emergiram nacionalmente ao longo dos meses, tais como: a incerteza em torno da continuidade do auxílio emergencial associado ao aumento do endividamento das famílias, alta dos juros, além do descontrole inflacionário traduzido no encarecimento dos alimentos, aluguéis, energia e combustíveis.

TABELA 1

Execução Orçamentário-Financeira dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Recursos de todas Fontes - Todos os Poderes

Bahia, 2021

	Valores (em R\$1.000,00)					%	
	Orçado Inicial	Orçado Final	Empenhado	Liquidado	Pago	Part. Liquidado	Exec. Financeira
	A	B	C	D	E	[F]=(D)/Total Liquidado	[G]= (D/B)*100
Fiscal	32.353.557	40.011.655	36.195.811	35.093.716	34.866.840	63,7	87,7
Seguridade Social	16.048.093	21.135.184	20.386.314	20.012.338	19.832.398	36,3	94,7
Total Geral	48.401.650	61.146.839	56.582.125	55.106.054	54.699.238	100,0	90,1

Fonte: Fiplan

TABELA 2

Execução Orçamentário-Financeira dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Recursos de todas as Fontes - Poder Executivo

Bahia, 2021

	Valores (em R\$1.000,00)					%	
	Orçado Inicial	Orçado Final	Empenhado	Liquidado	Pago	Part. Liquidado	Exec. Financeira
	A	B	C	D	E	[F]=(D)/Total Liquidado	[G]= (D/B)*100
Fiscal	27.663.060	35.073.554	31.306.223	30.251.818	30.036.983	60,3	86,3
Seguridade Social	16.017.778	21.069.530	20.321.180	19.947.205	19.767.283	39,7	94,7
Total Geral	43.680.838	56.143.084	51.627.403	50.199.023	49.804.266	100,0	89,4

Fonte: Fiplan. Plan 61.

Na composição da análise sobre a execução orçamentário-financeira dos programas que compõem o PPA 2020-2023, faz-se necessário evidenciar que estes constituem instrumentos de organização da atuação governamental, ao mesmo tempo em que agregam um conjunto de ações com a finalidade de atender às demandas da sociedade.

A partir de uma programação inicial, baseada nos recursos disponíveis, foram estabelecidos os valores para os quatro anos de vigência do PPA 2020-2023, conforme evidenciado na coluna [A] da Tabela 3. As colunas seguintes demonstram a execução orçamentário-financeira para o ano de 2021, elencando os Programas Finalísticos do Poder Executivo.

A escolha para apresentar a análise da execução orçamentário-financeira com o recorte na dimensão finalística dos programas assenta-se no argumento de que os programas-meio não geram bens ou serviços diretos à sociedade, a exemplo daqueles relacionados às Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo (gestão da máquina pública) e às Operações Especiais (relacionados aos compromissos firmados pelo governo, como os serviços da dívida, gastos com Previdência, dentre outros).

A execução dos Programas finalísticos no segundo ano de vigência do PPA 2020-2023 apresentou um grau de execução orçamentário-financeira de 81,9% (Tabela 3). Este grau de execução revela um índice de desempenho considerado Bom para 2021, conforme métrica estabelecida pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP).

Os programas Desenvolvimento Produtivo (92,7%) e Saúde (90,2%) obtiveram os melhores níveis de execução orçamentário-financeira de 2021, conforme métrica da ABOP, um desempenho considerado Ótimo. Nota-se ainda, que o Programa que congrega as ações de saúde pública fez uma execução orçamentário-financeira que ratifica os esforços do Governo no enfrentamento aos efeitos da Covid-19 e na continuidade da política de melhoria da saúde estadual.

Neste enfoque, os programas de Segurança Pública e Defesa Social (88,8%), Assistência Social e Garantia de Direitos (83,8%), Ciência e Tecnologia e Inovação (83,4%), Educação (82,7%), Desenvolvimento Rural (79,2%) e Infraestrutura (78,2%) alcançaram o desempenho considerado Bom.

TABELA 3

Execução dos Programas do PPA 2020-2023 - Recursos de todas as Fontes - Poder Executivo

Bahia, 2021

PROGRAMAS		Valores (em R\$1.000,00)						%		
		PPA 2020-2023	Orçado Inicial	Orçado Final	Empenhado	Liquidado	Pago	Participação	Execução em relação ao Orçado Final (*)	Execução em relação ao PPA
		A	B	C	D	E	F	$[G]=(E)/[F]=(D)/Total$	$[H]=(E/C)*100$	$[I]=(E/A)*100$
PROGRAMAS FINALÍSTICOS		89.734.982	20.294.526	27.180.029	23.518.378	22.259.030	20.552.649	100,0	81,9	24,8
300	Assistência Social e Garantia de Direitos	699.763	207.671	242.643	206.829	203.454	202.302	0,9	83,8	29,1
301	Ciência, Tecnologia e Inovação	684.606	132.290	77.982	65.564	65.022	63.823	0,3	83,4	9,5
302	Cultura	258.107	52.506	102.451	63.385	59.931	59.474	0,3	58,5	23,2
303	Desenvolvimento Produtivo	1.359.420	240.641	609.391	574.837	564.960	549.055	2,5	92,7	41,6
304	Desenvolvimento Rural	1.892.217	348.690	529.989	432.477	419.492	418.011	1,9	79,2	22,2
305	Desenvolvimento Urbano	4.263.559	1.597.020	2.207.185	1.301.183	1.206.472	1.175.654	5,4	54,7	28,3
306	Educação	23.088.383	5.488.976	6.920.299	6.308.620	5.721.403	5.670.159	25,7	82,7	24,8
307	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	63.308	4.159	7.443	5.811	2.575	2.550	0,0	34,6	4,1
308	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	735.692	135.657	129.240	100.157	84.640	82.667	0,4	65,5	11,5
309	Infraestrutura	3.464.270	551.763	1.256.212	1.048.278	982.941	976.212	4,4	78,2	28,4
310	Meio Ambiente e Sustentabilidade	241.372	70.144	101.686	61.227	57.443	56.361	0,3	56,5	23,8
311	Política para as Mulheres	67.834	2.773	3.871	1.851	1.769	1.769	0,0	45,7	2,6
312	Recursos Hídricos	6.056.131	357.975	693.949	308.011	302.309	301.389	1,4	43,6	5,0
313	Saúde	22.051.088	5.653.341	7.769.705	7.341.578	7.008.215	6.938.601	31,5	90,2	31,8
314	Segurança Pública e Defesa Social	21.738.573	4.749.922	5.657.182	5.100.521	5.026.333	4.976.553	22,6	88,8	23,1
315	Gestão Governamental	3.070.659	700.998	870.801	598.049	552.071	549.584	2,5	63,4	18,0
Total Geral		89.734.982	20.294.526	27.180.029	23.518.378	22.259.030	22.024.164	100,0	81,9	24,8

Fonte: Fiplan.

(*) Critério de desempenho da execução estabelecido pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP).



Os Programas Inclusão Socioproductiva e Mundo do Trabalho (65,5%), Gestão Governamental (63,4%), Cultura (58,5%), Meio Ambiente e Sustentabilidade (56,5%) e Desenvolvimento Urbano (54,7%) apresentaram uma execução orçamentário-financeira com nível de desempenho Regular. Com o nível de desempenho deficiente estão os programas Política para as Mulheres (45,7%), Recursos Hídricos (43,6%), e Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais (34,6%).

Vale salientar que o demonstrativo de execução do programa Recursos Hídricos faz referência apenas à parte que corresponde aos orçamentos Fiscal e da Seguridade. Os investimentos realizados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (Embasa) têm seu registro contábil fora do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (Fiplan), razão pela qual não foram considerados no grau de execução indicado acima.

No entanto, ao levar em consideração as informações dos investimentos realizados pela Embasa e que concorrem para a consecução das metas do Programa Recursos Hídricos, o grau de execução situa o programa entre aqueles com melhor desempenho, alcançando um valor de investimento de, aproximadamente, R\$ 847 milhões.

Em conjunção com o demonstrativo da execução orçamentário-financeira dos programas, faz-se necessária a análise da execução das Fontes de financiamento e sua relação direta com a continuidade das ações propostas. A conjuntura econômica evidenciou claramente que as incertezas permearam as expectativas dos diversos setores da economia, refletidos assim, na arrecadação das receitas e, consequentemente, na gestão orçamentária.

No primeiro momento, as fontes de recursos ressentiram-se da diminuição da atividade econômica, de modo que os programas cuja dotação dependiam dos Recursos Ordinários do Tesouro tiveram a execução retardada. No segundo momento, a expansão do consumo teve papel importante na perspectiva de recuperação da economia com dinâmicas setoriais distintas, beneficiadas pelo avanço da vacinação e da flexibilização das restrições, e, com isso, a ampliação da mobilidade.

Se, por um lado, o avanço da inflação gerava um contraponto e preocupação à vida da população como um todo, por outro, foi possível evidenciar a contribuição do aumento do nível dos preços no desempenho positivo das receitas estaduais em 2021.

Nesse contexto, apresenta-se a execução orçamentário-financeira por Fonte de Recursos sob a ótica de duas classificações: as Fontes do Tesouro e as Outras Fontes, que alcançaram grau de execução de 90,4% e 88,7%, respectivamente, conforme apresentado na Tabela 4.

A Fonte discricionária do Estado também chamada de Fonte Ordinária (Fonte 100), alcançou em 2021 uma execução orçamentário-financeira de 94,7%.

No Tesouro Estadual, as Fontes de Recursos vinculadas somente poderão ser aplicadas a determinados órgãos e ações, respeitando o previsto em dispositivos constitucionais, legais ou mesmo contratuais. Nesse aspecto, temos o desempenho das Fontes 107 e 114, relacionadas aos recursos aplicados à educação, e a Fonte 130 destinadas às ações de saúde. A execução dessas fontes alcançou um percentual de 90,5%, 83,3% e 95,9%, respectivamente. Há de se destacar ainda, que a arrecadação do Fundo Estadual de Combate e Erradica-

TABELA 4

Execução dos Programas do PPA 2020-2023 - Recursos de todas as Fontes - Poder Executivo

Bahia, 2021

Fontes de Recursos	Descrição	Valores (em R\$1.000,00)*					%	
		Orçado Inicial	Orçado Final	Empenhado	Liquidado	Pago	Participação	Execução
		A	B	C	D	E	[F]=(D)/ Liq. Total	[G]=(D/B) *100
FONTES DO TESOURO		39.950.444	50.818.816	47.340.785	45.943.166	45.569.128	83,4	90,4
100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	19.941.117	22.794.939	22.122.319	21.594.528	21.403.628	39,2	94,7
102	Cota-Parte do ICMS Devida aos Municípios	6.000.820	7.547.956	7.500.290	7.500.290	7.480.317	13,6	99,4
103	Cota-Parte do IPVA Devida aos Municípios	697.500	937.392	778.887	778.887	774.782	1,4	83,1
106	Cota-Parte do Imposto sobre Exportação de Produtos Industrializados Devida aos Municípios	58.250	104.982	70.439	70.439	70.439	0,1	67,1
107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação	2.862.357	3.250.257	3.208.629	2.940.042	2.923.519	5,3	90,5
109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	50.646	58.215	56.668	55.201	54.591	0,1	94,8
113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	146.807	159.194	90.902	75.682	75.563	0,1	47,5
114	Recursos Vinculados à Educação	2.037.237	2.457.517	2.136.807	2.046.114	2.036.611	3,7	83,3
120	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	440.417	440.417	427.349	412.668	412.584	0,7	93,7
121	Operações de Crédito Internas em Moeda	545.614	775.006	190.794	189.921	189.886	0,3	24,5
125	Operações de Crédito Externas em Moeda	467.410	564.668	536.946	507.315	500.398	0,9	89,8
128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	590.736	612.412	583.663	557.198	556.171	1,0	91,0
130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.787.768	4.705.872	4.687.374	4.514.647	4.473.608	8,2	95,9
131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	677.645	768.659	117.224	105.788	105.788	0,2	13,8
	Demais Fontes do Tesouro *	1.646.120	5.541.330	4.838.530	4.594.446	4.511.243	8,3	81,4

Continuação

Continuação

TABELA 4

Execução dos Programas do PPA 2020-2023 - Recursos de todas as Fontes - Poder Executivo

Bahia, 2021

Fontes de Recursos	Descrição	Valores (em R\$1.000,00)*					%	
		Orçado Inicial	Orçado Final	Empenhado	Liquidado	Pago	Participação	Execução
		A	B	C	D	E	[F]=(D)/ Liq. Total	[G]=(D/B) *100
OUTRAS FONTES		8.451.206	10.328.023	9.241.340	9.162.888	9.130.110	16,6	88,7
209	Indenizações Extr Óleo Bruto, Xisto Betum e Gás, Utiliz Rec Hídricos e Explor Rec Miner EC nº 19/14	149.421	235.504	235.209	235.209	235.209	0,4	99,9
213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	465.161	517.329	254.233	245.346	244.660	0,4	47,4
231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	52.846	141.753	9.405	8.266	8.266	0,0	5,8
240	Recursos Vinculados ao Fundo de Proteção Social do Militar	496.600	499.100	497.930	497.930	497.930	0,9	99,8
241	Contribuição para o Plano de Previdência Social do Servidor	3.019.594	3.019.594	2.865.598	2.865.598	2.848.941	5,2	94,9
242	Contribuições para o Plano de Saúde do Servidor	1.504.631	1.653.607	1.652.866	1.635.861	1.635.861	3,0	98,9
257	Receitas de Capitalização para o Plano de Previdência Social do Servidor	368.578	368.578	333.737	333.737	333.737	0,6	90,5
258	Recursos do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia	516.173	527.173	524.543	524.543	524.326	1,0	99,5
260	Transferência do BAPREV (Decisão Judicial)	0	517.657	511.590	511.590	511.590	0,9	98,8
261	Recursos Oriundos de Delegação da União	35.000	35.000	12.606	12.083	11.947	0,0	34,5
280	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção Básica	6.265	6.265	0	0	0	0,0	0,0
281	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.735.151	1.735.151	1.507.855	1.504.602	1.500.875	2,7	86,7
282	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Vigilância em Saúde	41.437	41.437	36.804	35.667	35.424	0,1	86,1
283	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Assistência Farmacêutica	28.547	28.547	12.093	11.013	11.013	0,0	38,6
284	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Gestão do SUS	334	334	0	0	0	0,0	0,0
285	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Investimentos na Rede de Serviços SUS	7.061	7.061	0	0	0	0,0	0,0
286	Recursos Vinculados Transferências SUS - BI COVID-19	0	555.609	470.876	453.282	450.521	0,8	81,6
	Demais Outras Fontes	24.407	438.324	315.995	288,161	279.810	0,5	65,7
Total Geral		48.401.650	61.146.839	56.582.125	55.106.054	54.699.238	100,0	90,1

Fonte: Iplap Plan 61.

(*) Inclui as fontes de superávit.

ção à Pobreza Estadual (FUNCEP) a partir de 2020 devido a uma decisão do STF, passou a dividir os recursos antes concentrados na Fonte 128, com as fontes de educação e saúde. Com isso, a execução orçamentário-financeira da Fonte 128 alcançou um percentual de 91% em 2021.

As Fontes 113 e 213 apresentaram execução de 47,5% e 47,4%, respectivamente. Nelas estão compreendidas as receitas diretamente arrecadadas pelas entidades da Administração Direta e Indireta, assim como Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Dependentes do Tesouro Público. A baixa execução dessas fontes reflete o período de paralisação das atividades econômicas e a consequente retração da demanda, em razão da pandemia da Covid-19.

As Outras Fontes, em sua maioria, estão vinculadas a fundos especiais ou algum tipo de despesa específica. Dessa forma, cabe destacar a execução das Fontes 241 (94,9%), 242 (98,9%), 258 (99,5%) e a 240 (99,8%). A primeira corresponde à Contribuição para o Plano de Previdência Social do Servidor (Funprev), a segunda para Contribuições para o Plano de Saúde do Servidor (Planserv). Já a terceira está relacionada a Recursos do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Baprev) e a última corresponde ao Fundo de Proteção Social dos Militares e dos Bombeiros (FPSM), criado em 2020, segregando a massa de beneficiados antes assistida pelo Funprev.

Das fontes que compõem os blocos de financiamento da Saúde, destaca-se a Fonte 281 (Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar). Esta fonte alcançou uma execução de 86,7%. Com direcionamento para as ações de saúde, foi criada a Fonte 286 para Covid-19, importante recurso destinado para o enfrentamento da pandemia, alcançando 81,6% de execução.

2. Execução Orçamentário-financeira da Carteira de Transferências Voluntárias

No exercício de 2021, a carteira de Transferências Voluntárias (Tabela 5), cujos recursos são oriundos do Orçamento Geral da União – OGU e demais repassadoras públicas e privadas, totalizou um montante da ordem de R\$ 5,55 bilhões, sendo R\$ 4,76 bilhões de repasse e R\$ 795,31 milhões de contrapartida estadual.

Destaca-se em 2021 a assinatura de 39 instrumentos de captação com recursos previstos da ordem de R\$ 66,10 milhões. Deste montante, R\$ 38,27 milhões referem-se às Emendas Parlamentares na modalidade de Transferências Especiais que financiaram ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, a qualificação profissional e o incentivo ao esporte.

TABELA 5

Carteira de Transferências Voluntárias

Bahia - 2021

Qualificação do Instrumento	Valores Contratados (Em R\$ 1.000,00)		
	Total de Repasse	Total de Contrapartida	Total do Investimento
Contrato de Repasse	3.167.881	663.237	3.831.118
Convênio	1.555.432	132.070	1.687.502
Transferências Especiais	38.277	-	38.277
Outras Contribuições e Auxílios	1.578	-	1.578
Total	4.763.168	795.307	5.558.475

Fonte: FIPLAN - GRC 82, em 06/01/2022

Ao analisar o estoque dos instrumentos de captação (Tabela 6), identifica-se que foram repassados ao Estado da Bahia o montante de R\$ 2,80 bilhões, dos quais cerca de R\$ 2,57 bilhões já foram efetivamente aplicados em seus respectivos projetos.

Conforme Lei Orçamentaria Anual, o orçamento relacionado às Transferências Voluntárias para o exercício de 2021 foi de R\$ 1,41 bilhão, alcançando uma execução da ordem de R\$ 369,68 milhões.

Observa-se na Tabela 7 que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS e a Secretaria de Segurança Pública – SSP apresentaram os maiores indicadores de execução orçamentária com 100%, 68% e 61%, respectivamente.

A execução da SDE está diretamente relacionada com ações voltadas para a manutenção do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - Ibmetro (convênio com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Imetro). Já na SJDHDS foram executadas ações vincula-

das ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e incentivo à produção do leite. E, por fim, àquelas executadas pela SSP envolvem a Modernização das Instituições de Segurança Pública do Estado da Bahia, por meio da aquisição de viaturas e equipamentos de informática.

Cabe salientar que o alto valor de investimento executado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedur, se deve, principalmente, às transferências voltadas ao financiamento da Implantação de Sistemas de Manejo de Águas Pluviais em Áreas Urbanas e Contenção de Encostas em Área de Risco. Já a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS teve como principais ações a ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água, ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário e construção de Barragens.

3. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS

3.1. Carteira de Operações de Crédito Internas

A Carteira de Operações de Crédito Internas totalizou, em 2021, o montante de R\$ 1,72 bilhão de recursos contratados junto ao Banco do Brasil – BB e Caixa Econômica Federal – CEF. Do total captado, R\$ 1,65 bilhão refere-se aos valores de financiamento e R\$ 67,48 milhões a valores de contrapartida estadual.

O valor orçado na LOA/2021 referente aos recursos de repasse das Operações de Crédito Internas foi de R\$ 858,02 milhões, com execução de recursos da ordem de R\$ 250,92 milhões, o que corresponde a 29% do orçado, conforme demonstrado na Tabela 9, a seguir.

TABELA 6						
Estoque dos Instrumentos de Captação						
Bahia, 2021						
Transferências Voluntárias	Em R\$ 1.000,00					
	Valor Contratado Repasse		Total de Recursos Liberados pelos Concedentes		Execução Financeira (Pago)	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
	4.763.168	100%	2.802.410	58,8%	2.276.272	81,2%

Fonte: FIPLAN - GRC 82; em 06/01/2022

TABELA 7

Execução Orçamentário-financeira das Transferências Voluntárias da União, por Órgão

Bahia, 2021

Executor	Valores (em R\$1.000,00)		
	Valor Orçado	Valor Liquidado	% Execução Orçamentária
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	521.569	128.823	25%
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento	459.418	78.997	17%
Secretaria da Educação	105.104	46.619	44%
Secretaria de Desenvolvimento Rural	66.865	17.109	26%
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura	49.411	19.462	39%
Secretaria de Infraestrutura	42.713	12.292	29%
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social	38.769	26.267	68%
Secretaria da Segurança Pública	31.959	19.432	61%
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	14.764	1.891	13%
Secretaria do Meio Ambiente	12.974	3.119	24%
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	12.230	5.598	46%
Secretaria de Cultura	8.224	670	8%
Encargos Gerais do Estado	7.715	-	0%
Secretaria de Turismo	8.804	874	10%
Secretaria da Saúde	9.338	1.577	17%
Casa Civil	6.269	2.675	43%
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	4.316	1.251	29%
Secretaria da Administração	3.138	1.044	33%
Secretaria de Políticas para as Mulheres	2.660	624	23%
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	1.350	110	8%
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1.169	1.168	100%
Secretaria do Planejamento	300	74	25%
Total	1.409.058	369.676	26%

Fonte: FIPLAN - Plan 61; em 06/01/2022

Importante ressaltar a negociação do Programa Integrado de Infraestrutura Governamental – Proinfra III, que irá financiar as ações em infraestruturas de estradas.

Quanto à execução orçamentário-financeira, destaca-se a Operação de Crédito do Pró-Transporte Metrô – Linha 1 – Tramo 3 (Pirajá – Águas Claras – Cajazeiras) com registro de maior volume de recursos empregados em 2021, alcançando uma execução de R\$ 148 milhões e o Programa Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Re-

gional Viária e Educação - PROINFRA II, com investimentos da ordem de R\$ 56 milhões aplicados em ações como:

- ▶ Requalificação do Pavimento na Rodovia BA-099, Avenida Santos Dumont / Estrada do Coco e Rua Rio das Graças;
- ▶ Duplicação na BA-001, Hotel Opaba - Entroncamento BR-251;
- ▶ Implantação do Corredor de Transporte Transversal I - Lobato-Pirajá /Avenida Gal Costa; e
- ▶ Implantação do Corredor de Transporte Transversal II - Avenida Orlando Gomes/Avenida 29 de Março, entre outras.

TABELA 8

Carteira de Operações de Crédito Internas

Bahia, 2021

Operação de Crédito Interna	Subfonte	Situação	Vigência Final	Executor	Valores (em R\$1.000,00)		
					Valor do Financiamento	Valor da Contrapartida	Total do Investimento
CEF Pró-Moradia - Falha Geologica 2ª Etapa	800066	Execução	31/03/2022	SEDUR/CONDER	52.997	3.703	56.700
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas do Centro Antigo de Salvador	800088	Execução	31/12/2022	SEDUR/CONDER	115.101	10.639	125.740
Programa Manejo Águas Pluviais - MAP 1 - Lauro de Freitas	800089	Execução	31/03/2022	SEDUR	177.175	9.498	186.673
Programa Manejo Águas Pluviais - MAP 2 - Salvador	800090	Execução	31/09/2021	SEDUR	29.165	1.535	30.700
Programa de Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Regional Viária e Educação - Proinfra II	800113	Execução	16/06/2022	SEFAZ	250.000	-	250.000
Pró-Transporte - Metrô de Salvador, Linha 1, Tramo 3	800101	Execução	30/04/2023	SEDUR	800.000	42.105	842.105
Programa de Integrado de Infraestrutura Governamental- Proinfra III	800115	Em Negociação	-	SEFAZ	228.000	-	228.000
Total					1.652.438	67.480	1.718.918

Fonte: FIPLAN - Plan 61; em 06/01/2022

Bahia, 2021					
Pró-Moradia - Falha Geológica 2ª Etapa (CEF)	800066	SEDUR/CONDER	12.173	5.215	43%
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas do Centro Antigo de Salvador	800088	SEDUR/CONDER	32.572	5.906	18%
Programa Manejo de Águas Pluviais - MAP 1 - Lauro de Freitas	800089	SEDUR	64.290	33.226	52%
Programa Manejo de Águas Pluviais - MAP 2 - Salvador	800090	SEDUR	2.253	2.187	97%
Pró-Transporte - Metrô de Salvador, Linha 1, Tramo 3	800101	SEDUR	442.949	148.190	33%
Programa de Integrado de Infraestrutura Governamental- Proinfra III	800115	SEFAZ	228.000	-	0%
Programa de Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Regional Viária e Educação - Proinfra II	800113	SEDUR/SEINFRA/SEC	75.779	56.194	74%
Total			858.016	250.918	29%

Fonte: FIPLAN - PLAN 61, em 06/01/2022

3.2. Carteira de Operações de Crédito Externas

Em 2021, a Carteira de Operações de Crédito Externas (Tabela 10) contou com recursos globais da ordem de US\$ 990,01 milhões, sendo US\$ 691,22 milhões, referente a recursos de financiamento e US\$ 298,78 milhões, à contrapartida estadual. Importante destacar no exercício de 2021 a negociação do Programa Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – Profisco II, com investimento da ordem de US\$ 44,5 milhões, que financia ações voltadas para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial do estado.

Evidencia-se ainda, a conclusão do Programa Prosus, com aplicação de US\$ 200 milhões, que financiou ações como a construção de 13 Po-

liclínicas, do Hospital Metropolitano, da Central Integrada de Comando e Controle da Saúde, além de reformas na Maternidade João Batista Caribé (Maria da Conceição de Jesus) e no Hospital Roberto Santos.

No que tange à execução orçamentário-financeira das Operações de Crédito Externas (Tabela 11), ressalte-se que na LOA/2021 o volume de recursos orçados para repasse foi da ordem de R\$ 711,42 milhões, evidenciando uma execução de, aproximadamente, R\$ 649,73 milhões, o que corresponde a 91% do planejado inicialmente.

Além disso, a Tabela 11 ainda demonstra o avanço do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional Bahia, com

TABELA 10

Carteira de Operações de Crédito Externas

Bahia, 2021

Operação de Crédito Externa	Subfonte	Situação	Vigência Final	Executor	Valores Contratos(em R\$1.000,00)		
					Valor do Financiamento	Valor da Contrapartida	Valor Total do Investimento
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL - BAHIA	800054	Execução	23/13/2021	SETUR	50.823	33.882	84.705
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentavel da Região Semiárida - PROSEMIÁRIDO	800087	Execução	30/03/2022	SEDIR/CAR	50.405	50.405	100.810
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - PDRS	800091	Execução	29/08/2021	SEDIR/CAR	150.000	110.000	260.000
Programa de For. da Saúde Publica da Reg. Metropolitana de Salvador - PROSUS	800092	Concluído	30/12/2020	SESAB	200.000	-	200.000
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - PREMAR II	800099	Execução	30/06/2022	SEINFRA	200.000	100.000	300.000
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO II	800112	Em Negociação	-	SEFAZ	40.000	4.500	44.500
Total					691.228	298.787	990.015

Fonte: SPF/SEFAZ 06/01/2022

TABELA 11

Execução Orçamentário-financeira de Operações de Crédito Externas

Bahia, 2021

Operação de Crédito Externa	Subfonte	Executor	Valores (em R\$1.000,00)		%
			Valor Orçado	Valor Liquidado	Execução Orçamentária
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL - BAHIA	800054	SETUR	94.442	86.350	91%
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentavel da Região Semiárida - PROSEMIÁRIDO	800087	SEDIR/CAR	15.168	14.703	97%
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - PDRS	800091	SEDIR/CAR	186.114	181.824	98%
Programa de For. da Saúde Publica da Reg. Metropolitana de Salvador- PROSUS	800092	SESAB	132.515	128.860	97%
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO II	800112	SEFAZ	15.000	-	0%
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - PREMAR II	800099	SEINFRA	268.186	237.993	89%
Total			711.425	649.730	91%

Fonte: Iplian (Plan 61, 06/01/2022)

execução de 91% em relação ao planejado, que financiou ações de intervenção náutica, tais quais:

- Requalificação das Marinas da Penha e de Itaparica;
- Construção das Marinas de Salinas da Margarida e de Cacha Pregos;
- Construção do Terminal Turístico de Cachoeira;

- Requalificação do Terminal Turístico de Bom Jesus dos Passos, Botelho, Jaguaripe e Mutá;
- Reforma e Requalificação do Museu Wanderlei de Pinho e do Atracadouro de Caboto; e
- Requalificação do Restaurante do Museu de Arte Moderna - MAM e do seu atracadouro.

TABELA 12

Programas do PPA Financiados com Recursos Captados

Bahia, 2021

Programas do PPA 2020-2023		Valores (em R\$1.000,00)	
		Orçado Atual	Liquidado
300	Assistência Social e Garantia de Direitos	34.652	23.258
301	Ciência, Tecnologia e Inovação	10.278	5.021
302	Cultura	7.825	670
303	Desenvolvimento Produtivo	106.408	87.224
304	Desenvolvimento Rural	221.961	149.387
305	Desenvolvimento Urbano	1.224.025	338.742
306	Educação	98.815	43.946
307	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	1.350	110
308	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	4.763	273
309	Infraestrutura	428.048	239.375
310	Meio Ambiente e Sustentabilidade	40.662	3.015
311	Política para as Mulheres	2.109	573
312	Recursos Hídricos	512.954	154.611
313	Saúde	138.738	127.323
314	Segurança Pública e Defesa Social	43.186	23.676
315	Gestão Governamental	23.342	3.994
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	431	18
900	Operação Especial do Poder Executivo	80.926	69.588
Total		2.980.473	1.270.804

Fonte: Fiplan (Plan 61, 06/01/2022)

4. RECURSOS CAPTADOS PARA FINANCIAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2020-2023

A Tabela 12 evidencia os recursos captados, bem como sua execução no exercício de 2021, junto aos agentes financeiros nacionais, internacionais e à OGU, planejados na LOA/2021 para os Programas de Governo que integram o PPA. O montante global de recursos captados se aproxima de R\$ 2,98 bilhões, evidenciando uma execução orçamentário-financeira no montante de R\$ 1,27 bilhão.

Merece destaque em 2021, o Programa 305 – Desenvolvimento Urbano, que executou maior volume de recursos captados, cerca de

R\$ 338,7 milhões, como também o Programa 309 – Infraestrutura, com execução de R\$ 239,3 milhões.

Os recursos utilizados no Programa 305 foram aplicados, principalmente, na ampliação do sistema metroviário, implantação de sistema de manejo de águas pluviais em área urbana, implantação do corredor de transporte transversal, contenção de encostas em áreas de risco e urbanização em assentamento precário. Quanto ao Programa 309, foram aplicados recursos, prioritariamente, em restauração de rodovias e intervenções em estradas vicinais.

